



**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Relações Internacionais - IREL**

**MARILIA H. FRAGA ARANTES**

**DE XIAOPING À NOVA ROTA DA SEDA:  
uma análise das relações sino-sul-americanas  
à luz da Teoria da Dependência.**

**Brasília, 2019**

**MARILIA H. FRAGA ARANTES**

**DE XIAOPING À NOVA ROTA DA SEDA:  
uma análise das relações sino-sul-americanas  
à luz da Teoria da Dependência.**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais”, como item opcional de conclusão do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Fidel Irving Pérez Flores

**Brasília, 2019**

**MARILIA H. FRAGA ARANTES**

**DE XIAOPING À NOVA ROTA DA SEDA:  
uma análise das relações sino-sul-americanas  
à luz da Teoria da Dependência.**

**Aprovada em:**

**Banca examinadora:**

---

**Prof. Dr. Fidel Irving Pérez Flores**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Juliano Cortinhas**

---

**Prof. Dr. Simone Rodrigues Pinto**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que sempre se fez perto apesar da distância: minha mãe, o meu exemplo de mulher e de guerreira; meu pai, meu exemplo de caráter e compaixão; meu irmão Victor, minha grande inspiração; meu irmão Pedro, meu melhor amigo e companheiro; sem esquecer também da Odara, que me ensinou, há dois anos sobre o amor incondicional. Nesse sentido, agradeço especialmente às minhas avós Maria e Laudelina. De origem extremamente pobre, não estudaram além da quarta-série, foram ex-empregadas domésticas e lavaram muita sujeira alheia para ter, hoje, sua neta concluindo a Universidade. Vocês são meu grande exemplo de dignidade, força e coragem. Amo vocês.

Agradeço ao Centro Som do Despertar, que ao longo de minha me encaminhou para a cura de mim mesma e me apresentou o caminho da verdade. Agradeço aos amigos que fiz em Brasília e os que ficaram em São Paulo torcendo pelo meu sucesso, com menção especial para Raíssa Vieira, Sara Menezes, Julia Nogueira e Pedro Sardinha. Tenho muito orgulho de tê-los como exemplos para mim em suas singularidades, desejo que nunca esqueçam o quanto são especiais. De todo meu coração, agradeço à Ana Flores, que na reta final da minha graduação me fez lembrar meu próprio entusiasmo de início de curso. Obrigada por todo o encorajamento e o companheirismo. Espero que você não duvide, em momento algum, de sua capacidade.

Agradeço ao Professor Doutor Pio Penna, por ser ao mesmo tempo tão brilhante e tão humilde em aprender com seus alunos. Obrigada pelo tanto que me ensinou e continua a ensinar.

Finalmente, agradeço ao meu orientador, Professor Fidel. Sem que você tivesse acreditado em minha capacidade de concluir esse projeto e, sobretudo, me mostrado que era capaz de chegar à um resultado excelente e me encorajado, eu não teria chegado até aqui. Você é um Professor brilhante e me inspira a ser, como você, uma grande acadêmica e pesquisadora. Muito obrigada

## Resumo

A presente pesquisa analisa as relações econômicas e financeiras entre a República Popular da China e a América do Sul a partir da reforma econômica chinesa de 1978, enfatizando o seu dinamismo no século 21. Neste período, a leitura irá se concentrar nos investimentos precursores e decorrentes da inserção sul americana na estratégia geoeconômica chinesa do *One Belt One Road* (OBOR). O propósito de tal avaliação foi o de reunir insumos para sustentar uma análise de tais interações à luz da Teoria da Dependência (TD). Nesse aspecto, será feita uma exposição das diversas correntes que compõe a TD, justificando a escolha do emprego de sua vertente marxista nesta análise. A importância da China para a academia das Relações Internacionais se evidencia nos diversos aspectos de sua complexidade econômica, social e política, dentre os quais a magnitude geoeconômica desse país. A China detém o maior PIB por paridade de compra do planeta e é, atualmente, a maior parceira comercial da América do Sul, relação que tende a se intensificar em decorrência do OBOR, propulsor da demanda chinesa por commodities energéticas e minerais e ao aumento dos investimentos externos oriundos da iniciativa. Em termos metodológicos, além de adotar a lente da Dependência, este trabalho buscou reunir dados quantitativos e qualitativos acerca das referidas trocas, investimentos e empréstimos chineses na América do Sul. Buscou-se concluir, a partir dos argumentos da Teoria Marxista da Dependência, que as trocas entre China e América do Sul configuram o padrão desigual centro-periferia e, portanto, uma relação de dependência. Uma vez que a região não possui uma agenda para a China, o reconhecimento dessas desigualdades é fundamental para que se fortaleça a integração regional e a construção de uma agenda empoderadora para a América do Sul. Sem se opor ao diálogo sino sulamericano, este trabalho defende um estreitamento consciente das relações, de modo a permitir que, desenhe-se, na prática, uma cooperação “win-win”.

**Palavras chave:** *One Belt One Road*, Brasil, China, Teoria da Dependência.

## Abstract

The present study analyzes the economic and financial relations between the People's Republic of China and South America from the Chinese economic reform of 1978, emphasizing the dynamism of this relations in the 21st century. In this period, the research will focus on the precursor investments and resulting from the South American insertion into the Chinese geo-economic strategy of the One Belt One Road (OBOR). The purpose of such evaluation was to gather inputs to support an analysis of such interactions in the light of the the Dependency Theory (TD). In this regard, it will be made an exposition of the various thoughts that compose the TD, justifying the choice of using its Marxist side in this analysis. The importance of China to the academy of International Relations is evident in the various aspects of its economic, social and political complexity, among which is the geo-economic magnitude of this country. China has the largest GDP per purchasing parity on the planet and is currently the largest trading partner in South America, a relationship that tends to intensify as a result of OBOR, the driving force behind China's demand for energy and mineral commodities and the increase in the initiative. In methodological terms, in addition to adopting the lens of the Dependence, this work sought to gather quantitative and qualitative data about the aforementioned Chinese exchanges, investments and loans in South America. It sought to conclude, from the arguments of the Marxist Theory of Dependence, that the exchanges between China and South America configure the uneven center-periphery pattern and, therefore, a dependency relation. Given that the region does not have an agenda for China, recognition of these inequalities is fundamental to strengthening regional integration and building an empowering agenda South America. Without opposing the South American bell dialogue, this work advocates a conscious narrowing of relations, so as to allow a practical "win-win" cooperation.

**Key words:** One Belt One Road, Brazil, China, Theory of Dependency.

## SUMÁRIO:

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>1.Contexto teórico .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1 A(s) Teoria(s) da Dependência .....</b>	<b>12</b>
<b>2. China: Da Reforma à Superação da Crise de 2008.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Pós- crise:a economia chinesa e as bases para o OBOR .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Chinese <i>One Belt One Road</i>: a “nova rota da seda” .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 Investimento no OBOR e garantia da posição de centro.....</b>	<b>22</b>
<b>3. Histórico das relações sino-sul americanas.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1 Política externa chinesa para a América do Sul .....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Relações América do Sul - China no século XXI .....</b>	<b>30</b>
<b>4. A Teoria da Dependência na América do Sul contemporânea.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Relações comerciais e a dinâmica da acumulação.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 Baixo valor agregado e dependência.....</b>	<b>35</b>
<b>4.2.1 Investimento, empréstimo e dependência.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2.2 Dependência financeira-industrial e tecnológico-industrial.....</b>	<b>40</b>
<b>5. A inserção sul americana no OBOR.....</b>	<b>43</b>
<b>5.1 OBOR: a Dependência na Era da Conectividade.....</b>	<b>44</b>
<b>5.2 Críticas à Teoria da Dependência.....</b>	<b>45</b>
<b>5.3 Brechas para uma relação “win-win”.....</b>	<b>46</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>48</b>

## Introdução

Ao longo do século XXI a presença chinesa na América do Sul torna-se reconhecível no cotidiano dos consumidores de diferentes níveis de renda, a partir da crescente circulação de produtos *Made in China* em diversos segmentos do mercado, tais quais os automóveis Chery e Jac Motors; os eletrônicos Huawei e Lenovo, ou as plataformas de e-commerce *Ali Express* e *Ali Baba*. Não se trata de uma inserção súbita, mas a face econômica mais evidente de um processo de aproximação iniciado na década de 90, fortalecido nos anos 2000 e que ganha corpo ao longo das primeiras décadas deste século XXI. Ao mesmo tempo em que a inserção chinesa na América do Sul é evidenciada pelo conjunto de suas marcas nos mercados sul americanos, no nível macroeconômico revela-se marcante também a presença de investimento estrangeiro direto (IED) e empréstimos com origem na RPC, além da exportação de commodities energéticas e minerais ao destinatário asiático.

A disparidade entre as pautas de exportação das duas partes - *commodities* por bens importados - conjuntamente com o crescente ingresso de capital chinês nos sistemas financeiros da região e de empréstimos para projetos oriundos dos bancos chineses, suscitam questionamentos semelhantes aos originários da Teoria da Dependência (TD), que levam à indagações sobre o caráter nocivo dessas relações. Agregando-se a esses fatores, está a localização deste fenômeno em um período cronológico distinto ao da elaboração da Teoria da Dependência, nas décadas de 1960 e 1970. O século XXI é composto também por elementos que necessitam ser considerados nessa análise, e que inexistiam à época da consolidação da TD, por exemplo o fortalecimento do sistema financeiro internacional ou a expansão do peso do setor de serviços nas trocas internacionais.

Deste modo, somadas as devidas críticas e ressalvas, a proposta deste trabalho é analisar as relações China-América do Sul à luz da Teoria da Dependência, baseando-se em dados econômicos e financeiros recentes entre as duas partes. Não obstante, outro elemento a ser agregado à análise das relações internacionais da China no século XXI e, desde 2018, às relações sino sul americanas é a iniciativa geoconômica do *One Belt One Road*. Lançado em 2013 pelo chefe de governo chinês, Xi Jinping, o OBOR promete, desde então empregar

USD 8 trilhões em projetos de conectividade. O papel da América Latina no projeto, ausente no momento de sua elaboração, ainda carece de definição mais precisa. Como pretende-se compreender a seguir, o OBOR não altera o caráter das relações sino sul americanas, mas sim promete-se um catalisador para as trocas comerciais e para os investimentos entre as partes - ou para o acirramento da dependência Sul americana aos mercados chineses. A partir dessa assumpção, serão reunidos insumos para responder à pergunta central desta pesquisa: A natureza das trocas entre América do Sul e China, no âmbito de sua demanda energética-mineral e do *One Belt One Road*, pode ser definida pela Teoria da Dependência?

Por meio da conceituação da Teoria da Dependência e do resgate de conceitos contidos na obra de renomados expoentes da Teoria Marxista da Dependência, pretende-se confirmar os argumentos característicos da TD nas relações entre China e América do Sul do tempo presente. Ademais, a justificativa para a escolha da vertente marxista da Teoria será também apresentada no tópico seguinte.

Em um primeiro momento, a fim de reunir insumos à análise à luz da teoria da dependência, este trabalho irá partir do reconhecimento das contribuições de outros autores e autoras para o debate atual, bem como a conceituação da TD (Primeiro capítulo); para a leitura da Reforma econômica chinesa de 1978, sua inserção internacional e uma breve exposição da iniciativa geoeconômica do *One Belt One Road* (Segundo capítulo); seguindo para a leitura dos vínculos históricos e econômicos sino sul americanos, com ênfase para as suas relações no século XXI até a forma como está sendo construída a inserção da região no OBOR (Terceiro Capítulo) para então, a partir dos insumos expostos, contextualizar as relações sino-sul americanas no tempo presente a partir da releitura da teoria marxista da dependência (Quarto Capítulo).

## 1.Contexto teórico

A ascensão chinesa à segunda maior economia do planeta, bem como seu atual projeto geoeconômico, o *One Belt One Road* (OBOR), divide a academia da economia internacional e das relações internacionais por suscitar ambiguidades. A concorrência chinesa de manufaturas desbanca as indústrias de países pouco industrializados, embora a China seja a segunda maior compradora de commodities agrícolas, minerais e energéticas na região. Os investimentos chineses trazem condicionalidades econômicas e políticas, embora se façam presentes em um período crítico econômica e politicamente para a América do Sul. As obras de infraestrutura realizadas com empréstimos chineses suscitam o questionamento acerca do respeito à soberania, embora supram a lacuna estrutural dessa área. Essas questões inevitavelmente remetem a debates anteriores, do momento da consolidação de um pensamento econômico latino-americano: dependência / soberania; desenvolvimento / subdesenvolvimento; industrialização / especialização. Tais ambivalências, persistentes nas relações sino sul americanas dos dias atuais, tangenciam o conjunto de debates e produções acadêmicas que configuram a Teoria da Dependência (TD).

Nesse sentido, sobretudo desde a ascensão econômica da RPC e de sua expansão ao longo do século XXI, a inserção da China nos continentes latino americano e africano - tem sido objeto de estudos onde a abordagem da Dependência é resgatada em meio as necessárias ressalvas pertinentes a este século.

Um trabalho relevante, no âmbito da América Latina, é o de Jaime Ortiz, em 2012. De acordo com Ortiz, a presença incisiva chinesa, na compra de 35% dos bens primários produzidos pelo continente, afasta-o dos outros mercados mundiais e afeta sua capacidade em produzir bens tecnológicos (ORTIZ, 2012). Tem-se, portanto, uma relação de trocas assimétricas que se configura nos argumentos da Teoria da Dependência, como pretende-se resgatar a seguir, no contexto sul americano. Ademais, Ortiz (2012) expõe a dependência latino americana em exportações para a China como um fator de risco para a região - algo que para uma contenção de danos requer, prioritariamente o rebalanceamento de suas fontes de crescimento econômico atualmente baseadas na exportação de produtos primários.

Em consonância, o trabalho de Bernarl Meza (2016) traz contribuições ao debate por reconhecer a perpetuação da lógica centro - periferia: enquanto um *World Power*, a China desenvolveu uma rede de relações econômicas, comerciais e financeiras com os países que compõe a periferia ou a semi-periferia global, os quais têm sua dinâmica de crescimento subordinadas à China (MEZA, 2016). Os conceitos de Centro e Periferia, bem como o da Divisão Internacional do Trabalho são pressupostos místeres à Teoria da Dependência, como será também levantado a seguir.

Paralelamente, a presença da China na África é alvo de um que também consideram pertinente o resgate da Teoria da Dependência no século XXI. Porém, ao contrário do que se observa na região da América Latina, alguns autores defendem que a presença chinesa no continente africano é positiva e não reproduz padrões de dependência. Nesse diapasão, são distintas as contribuições de Nkemjika E. Kalu, cuja tese de doutorado evidencia as ações positivas da China na África, por exemplo a construção de escolas e a redução de desigualdades (KALU, 2012). Nesta pesquisa, pretende-se resgatar o modelo de teste de pressupostos dependentistas usado no teste empírico de Kalu, para evidenciar que as relações sino-sul-americanas configuram, de fato, dependência.

Por fim, vale destacar a importante contribuição do estudo de Carolina Hoeveler, (2017): “Imperialismo e Dependência versus Interdependência: o lado silenciado de um embate teórico”. Ainda que não trate da aplicação da Teoria da Dependência no século XXI ou do recorte específico das relações sino-sul-americanas, a autora traz à tona o grave apagamento da Teoria da Dependência, uma construção latino americana, em detrimento da Teoria da Interdependência - uma produção ocidental e que substitui os conceitos de dependência pelos de assimetria (HOEVELER, 2017). A teoria da interdependência, cunhada na década de 70 pelos norte-americanos Keohane e Nye foi incluída em organismos hegemônicos tais quais o Banco Mundial e as Nações Unidas e que, entrando em choque com a Teoria da Dependência, silenciou-a no âmbito do debate internacional (HOEVELER, 2017).

Destarte, o presente trabalho procura dialogar com as reconhecidas percepções da TD, ao passo em que se propõe a inserir duas novas contribuições à academia. Ao desenvolver-se em torno da pergunta: “A natureza das trocas entre China e América do Sul, no âmbito da demanda energética-mineral chinesa e do *One Belt One Road*, podem ser definidas pela teoria da dependência?” este trabalho buscará estreitar o escopo corriqueiro de aplicação da TD,

focando-se nas especificidades das relações com a América do Sul, ao mesmo tempo em que avalia as transformações trazidas pelo lançamento do OBOR, projeto no qual o continente foi oficialmente inserido apenas no início de 2018. Não obstante, pretende-se, com um viés crítico, identificar as lacunas no âmbito da Teoria da Dependência questionando sua aplicabilidade no século XXI. A contribuição que tal estudo pretende oferecer para a academia e para as relações internacionais contemporâneas não se limita à resposta da pergunta de pesquisa e à crítica à presença chinesa na região, mas pretende estimular a construção de novas bases, justas e igualitárias, para a cooperação entre a China e o continente sul americano.

### **1.1 A(s) Teoria(s) da Dependência**

“A conformação de economias duais, com efeitos perversos sobre o mercado de trabalho, a tendência ao desequilíbrio externo, à formação de uma elite econômica e política autoritária e consumista, que reproduz os padrões de consumo dos países centrais e promove a concentração interna da renda e do poder – para manter o controle sobre as rendas geradas pela natureza – são alguns dos problemas recorrentes na história econômica dos países periféricos.” (CUNHA et al, 2011,p.409).

O que se consagrou como a Teoria da Dependência não corresponde, na realidade, à uma única corrente, mas à produção de diversos intelectuais em torno da noção de que alguns países, que irão compôr a “periferia” do sistema, têm seu desenvolvimento condicionado à outros países, o “centro”, no que leva à uma relação de dependência (AGBEBI; VIRTANEN, 2017). São os países do centro, mais ricos, aqueles que dominam o sistema internacional a despeito do crescimento das trocas comerciais e financeiras com os países da periferia, que se mantêm sujeitos a políticas econômicas que tendem a favorecer os Estados ricos / dominantes (KALU, 2012). Com o propósito de embasar a leitura das relações entre China e América do Sul , cabe a seguir uma breve exposição da Teoria da Dependência e de duas de suas diferentes correntes - a Marxista e a Weberiana. A gênese da Teoria da Dependência (TD) está na criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, com o propósito de atender às especificidades econômicas e sociais da América Latina e colocá-la nos “rumos certos” do desenvolvimento (HOEVELER, 2017; DUARTE; GRACIOLLI, 2007). A CEPAL iria também derrubar as ideias derivadas das “vantagens

comparativas”, buscando demonstrar a existência de uma tendência à deterioração dos termos de troca - que prejudicava os países exportadores de produtos primários (HOEVELER, 2017).

O trabalho da comissão partiria do paradigma da Teoria do Desenvolvimento, equivalente à modernização, enquanto que o subdesenvolvimento correspondia à ausência de industrialização. Haveria um *continuum* evolutivo a partir do qual as economias pobres, seguindo um modelo de medidas, seriam capazes de atingir níveis iguais de desenvolvimento (HOEVELER, 2017; DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Contudo, a década de 1960 apresentaria baixo crescimento, alta inflação e condições socioeconômicas precárias, devido à incapacidade da América Latina em reproduzir as condições econômicas dos países do Centro, como propunha a perspectiva do desenvolvimento, abrindo espaço para novos rumos teóricos (VALVERDE; MERCEDES, 2016; DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

A Teoria da Dependência apareceu, inicialmente, em uma série de trabalhos publicados entre 1964 e 1967, protagonizados por teóricos latinoamericanos como Fernando Henrique Cardoso, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e Vania Bambirra (HOEVELER, 2017). Ademais, embora a CEPAL tenha se consagrado enquanto base para a construção dos subsequentes argumentos dependentistas, cabe também o reconhecimento da contribuição do pensamento desenvolvido no âmbito de outras escolas, como a ISEB<sup>1</sup>, entre os anos de 1950 e 1960, que ajudou a compôr o cenário do debate dependentistas (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Assim, em detrimento à sua predecessora desenvolvimentista, pode-se dizer que a TD “qualificou a abordagem” a partir da introdução de uma discussão interdisciplinar (sociologia, economia, política e história). Além disso, trouxe a problematização das relações sociais de poder construídas a partir de alianças entre classes, frações, grupos e Estados, em nível doméstico e internacional - expondo que certos grupos teriam interesse na manutenção da dependência (KOLING, 2006).

Embora a TD abarque diversas correntes, duas das quais serão expostas a seguir, é possível sintetizar os argumentos centrais em alguns pontos de concordância. Resgatando os conceitos de Centro e Periferia, em uma Divisão Internacional do Trabalho, a TD propunha-se a analisar a maneira pela qual o modo capitalista de produção se reproduzia nos países da periferia, ampliando suas desigualdades políticas, econômicas e sociais - onde a dinâmica do desenvolvimento periférico se localizava nos países desenvolvidos, que

---

<sup>1</sup> Instituto Superior para Estudos Brasileiros.

compunham o centro (MARINI, 1973). Ademais, a Dependência também fundamenta-se na ideia de que o subdesenvolvimento dos países periféricos resultava das trocas desiguais - ou seja, o centro exerceria seu interesse ativo em manter os países subdesenvolvidos e periféricos, enquanto exportadores de matérias primas (AGBEBI; VIRTANEN, 2017; BRESSER-PEREIRA, 2010). Destarte, essa teoria iria evidenciar as contradições no desenvolvimento latinoamericano, marcado pelo subimperialismo e a superexploração dos trabalhadores, onde o subdesenvolvimento é visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Tendo isso em vista, dentre as correntes não marxistas cabe a exposição da corrente weberiana da TD (versão da interdependência ou do capitalismo dependente - associado), a qual sugeria uma estratégia diversa da do “desenvolvimento para dentro” (da Teoria do Desenvolvimento). Devido a dinâmica de desenvolvimento periférica localizada no exterior, tanto os elementos estruturais quanto as ações de grupos sociais nos países subdesenvolvidos seria inteiramente derivada dos fatores externos, nada mais sendo do que desvios (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Para atingir o desenvolvimento, se faria necessário que diferentes grupos e classes conseguissem articular seus interesses sobre o restante da sociedade e sobre os centros hegemônicos, com o propósito de modificar a estrutura política e social (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). A corrente da dependência associada teve entre seus expoentes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, os quais expunham que a associação entre as burguesias nacionais - conceito hoje anacrônico - e o investimento estrangeiro poderiam ser benéficos aos países, uma vez que o capital estrangeiro estaria investindo, de fato, na industrialização dos países periféricos (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Como contrapartida à visão weberiana, tem-se a Teoria Marxista da Dependência, cujas contribuições resgatadas por este trabalho, na forma de variáveis, serão as de Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Para tal, contudo, será desconsiderado o argumento ideológico de alguns dependentistas marxista onde exprime-se que a solução para o subdesenvolvimento partiria de uma revolução política socialista, sendo analisadas portanto somente as variáveis que, segundo esses autores, configuram uma relação de dependência - uma vez que essa discussão se distancia da finalidade empírica e analítica proposta.

A visão marxista da dependência iria sugerir a existência de um capitalismo *sui generis* na América Latina, que possuiria peculiaridades que impediam o desenvolvimento do capitalismo como havia se desenvolvido nos países do centro (DUARTE; GRACIOLLI,

2007). Para essa corrente, a dependência seria uma relação de subordinação, onde nações formalmente independentes estariam condicionadas ao desenvolvimento de outras, capazes de se auto sustentar (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Os países dependentes também perderiam o controle de seus recursos pois sua renda era transferida tanto na forma de lucros, como na forma de juros e dividendos - em vista de que a integração com o capital estrangeiro intensificou as condições sociais dos países latino-americanos (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Ainda, como pretende-se resgatar na análise do capítulo 4, a dependência se orientaria por uma divisão histórica do processo de dependência delineado por Dos Santos (1970) onde persistiram três tempos: (i) colonial, relação monopolista entre metrópole e colônia; (ii) financeiro-industrial, países dependentes produzem matérias-primas consumidas nos países centrais; (iii) dependência tecnológico-industrial, com o capital transnacional deslocando parte de sua atividade para os países dependentes. Não obstante, em “A Dialética da Dependência” (1973) Rui Mauro Marini, por sua vez traz argumentos que podem se tornaram centrais para o argumento dependentista, os quais são, primeiramente, o de que a economia dependente se encontra inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais e, ademais, o de que em função dos requerimentos do país do centro, os países dependentes começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e após o desenvolvimento de uma relação superavitária do lado da periferia, estabelece-se uma relação de empréstimos e, portanto, de dívidas.

Ademais, com o propósito de enquadramento da China e da América do Sul nos pólos de centro e de periferia, argumento lançado na Teoria do Desenvolvimento e recuperado pela Teoria da Dependência, esta pesquisa irá considerar a definição de centro e periferia do economista brasileiro Celso Furtado, cujas contribuições acadêmicas são significativas à ambas as teorias. Para Furtado (1975) a industrialização é um dos processos que está no cerne da desigualdade: enquanto que no centro a industrialização se dá no lado da oferta - ou seja, partindo de um progresso tecnológico e de sua transformação na produção - nos países da periferia a industrialização se daria no lado da demanda - haveria a ampliação do mercado e diversificação da demanda por meio da inserção do país periférico na divisão internacional do trabalho. Pretende-se retomar esses conceitos no capítulo 2, a respeito da industrialização chinesa.

A aplicação desses conceitos, contudo, pretende reconhecer seu contexto de criação e a evolução do capitalismo e do sistema internacional desde então, reconhecendo que esses sofreram mudanças desde a origem da TD

“Após os anos 1960, inúmeros eventos alteraram o curso e a economia dos países latino-americanos. Os choques do petróleo, as crises da dívida dos anos 1980, a redemocratização da maioria das nações latino-americanas e as políticas neoliberais da década de 1990 modificaram diversos elementos da vida econômica e social destes países” (VALVERDE; MERCEDES, 2016,p.7)

Assim, o presente trabalho irá desenvolver sua análise a partir dos conceitos da Teoria Marxista da Dependência, embora resgate também os conceitos centrais do dependentismo: como o caráter desigual das trocas e a divisão internacional do trabalho em centro e periferia, a partir do qual se desenvolve a dependência e de onde cria-se a dinâmica dependente.

A escolha pelas lentes da corrente marxista se dá, sobretudo, pela densidade das colaborações de Marini e Theotônio na construção de variáveis que permitem a sua transposição para o século XXI ao reconhecer as evoluções temporais das economias. A teoria marxista também traz argumentos capazes de abarcar o desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional, elemento que passou por grande desenvolvimento desde Dos Santos e Marini e que hoje tem presença crescente nas relações América do Sul e China - tal qual o reconhecimento da dívida externa enquanto um fator de dependência. A corrente marxista também tem como variável decisiva o reconhecimento o aumento das desigualdades internas a partir das relações de dependência - como um entrave para o crescimento dos países - bem como sua persistência tanto em países ricos como em países pobres. A superação da pobreza e das desigualdades é um dos fatores que estimularam o desenvolvimento da iniciativa chinesa do OBOR e que abre brechas para uma cooperação horizontal entre China e América do Sul, como defendido no capítulo 4.

Não obstante, dialogando com a percepção de que a ascensão da China na economia internacional criou uma nova dinâmica centro-periferia, uma vez que substituiu a geopolítica da década de 1960, pretende-se, a seguir, uma breve contextualização do desenvolvimento chinês a partir da Reforma de 1978. Esse foi um momento crucial para a entrada da China no centro econômico global. O propósito é então embasar a análise de seu fortalecimento ao longo do século XXI e estreitamento das relações com a América do Sul e ademais, assimiladas as devidas considerações, construir uma análise dessas relações à luz da TD.

## 2. China: Da Reforma à Superação da Crise de 2008

“Parte-se da premissa de que a RPC está modificando a balança de poder entre o centro e a periferia gerando um conjunto de desdobramentos que, por um lado, podem provocar novas formas de cooperação e novas configurações geoeconômicas, mas também provocar novas fontes de tensões e conflitos geopolíticos” (VADELL,2011,p.59)

O acirramento da presença chinesa na América do Sul reflete o poder e o crescimento econômico da República Popular da China (RPC) persistente nas últimas quatro décadas, cujas implicações vão desde sua influência em expansão e poderio militar à sua crescente demanda por suprimentos energéticos (BIJIAN, 2005). A China, que vem assumindo progressivamente a liderança enquanto ator internacional, ocupa hoje a posição de maior economia do planeta considerando o PIB-PPC<sup>2</sup> e a de segunda maior economia considerando apenas o PIB<sup>3</sup>.

“A importância da economia chinesa para a economia mundial é, hoje, incontestável. [...] a emergência da economia chinesa redesenhou a geografia da produção industrial mundial e permitiu às economias exportadoras de commodities, como a brasileira, possibilidades de uma inserção externa positiva e determinante para o crescimento obtido na primeira década do atual século. A China detém hoje 11% do PIB mundial e participa em 10% do comércio internacional, em 11% do comércio de petróleo e entre 20% e 70% do comércio de diversas commodities agrícolas e minerais.” (SCHERER, 2015, p.37)

A reforma econômica encabeçada por Deng Xiaoping no final da década de 70 é lida pelos estudiosos como um ponto de inflexão, quando a RPC passou a caminhar rumo à modernização e ascensão econômica (CUNHA et al, 2011). Em 1978, o governo chinês decidiu romper com as políticas protecionistas do Governo anterior, de Mao Tse Tung, e reformar gradualmente a economia com base nos princípios de livre mercado, abertura

---

<sup>2</sup> Paridade Poder de Compra.

<sup>3</sup> Disponível em:

<<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/indicadores/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>> acesso em 24/10/2018.

comercial e investimento com o Ocidente. Tais meios almejavam a recuperação de uma posição hierarquicamente superior na ordem internacional, associados ao crescimento econômico e ao aumento no padrão de vida da população (MORRISON ,2018; CUNHA et al, 2011).

A reforma aumentou a eficiência do setor agrário, de modo que o excedente de mão de obra no campo levou à criação de indústrias rurais, em paralelo ao estabelecimento de quatro zonas econômicas especiais (ZEEs) para a atração de investimento estrangeiro e o incremento das exportações, enquanto que regiões costeiras e cidades foram designadas zonas de desenvolvimento, para abertura de mercados e atração de investimento (MORRISON, 2018, WU, 2006). Elementos adicionais da reforma foram a tentativa de descentralização da regulação e das decisões em vários setores, como o comércio, bem como a descentralização do controle de algumas estatais - que passaram a ser geridas por governos locais (MORRISON,2018).

Os resultados desse projeto foram evidentes nas décadas seguintes: no início da década de 90 a China tornou-se a nação em desenvolvimento que mais absorveu investimento estrangeiro direto (IED), ao mesmo tempo, seu volume de participação no comércio exterior quadruplicou entre 1987 e 1998 (CUNHA et al, 2011; OCCIS, 2001). Em 2000, ano anterior à sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), a China representava 7% do comércio mundial (OCCIS, 2001). Desde que entrou na OMC, a China se tornou um dos principais atores do sistema comercial mundial. Como levanta o *State Council Information Office of China* (SCIO), a entrada do país na OMC foi um multiplicador de seu desenvolvimento interno, que contribuiu para a transição da economia chinesa do patamar de “Crescimento rápido” para “Desenvolvimento de alta-qualidade” (CHINA, 2018).

Assim, a adaptação da RPC aos mecanismos comerciais multilaterais, bem como o fomento às suas estruturas bancárias e financeiras foi imprescindível para o estabelecimento dos fluxos de IED entre China e América do Sul desde o pós crise de 2008. Nesse sentido, outro ponto de inflexão a ser considerado em torno do crescimento econômico chinês é a crise econômica mundial de 2008. Diante da relativa homogeneidade mantida nos níveis crescimento chinês desde a sua entrada na OMC, a crise econômica mundial de 2008 mostra-se um ponto de ruptura para o acelerado crescimento econômico chinês: As mercadorias advindas da China representavam 1% das exportações mundiais em 1980, tendo

atingido 8,9% do volume mundial de exportações pouco antes da crise econômica de 2008 (CUNHA et al, 2011).

A China superou a crise sem redução drástica em seu crescimento ou a quebra de bancos, por meio de estratégias como a da substituição parcial da demanda externa e incremento do consumo interno (SCHERER, 2015). Ainda nesse sentido, o governo chinês também adotou a estratégia do estímulo aos investimentos em infraestrutura, ampliando o crédito ao consumo e às empresas - a partir dessa medida foi possível manter um ritmo de crescimento elevado, ainda que inferior ao experimentado no período precedente (SCHERER, 2015). Tal resposta chinesa à crise de 2008, contudo, perdeu seu dinamismo diante da crise europeia de 2011-2012, com uma leve recuperação após 2013, quando sustentou o crescimento de seu produto interno bruto na média de 7% ao ano (SCHERER, 2015).

A compreensão da resposta chinesa à 2008 e os níveis de crescimento posteriores a esse períodos são insumos fundamentais para a análise da economia chinesa hoje e do *One Belt One Road* enquanto resposta à desaceleração do pós 2008. Não obstante o processo da reforma de 1978, crucial para entender seu desdobramento nas políticas econômicas atuais chinesas, é a gênese dos argumentos que justificam a classificação da China enquanto um país de centro na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) defendida pela Teoria da Dependência, como mostra-se a seguir.

## **2.1 Pós- crise: a economia chinesa e as bases para o OBOR**

Diante da leitura do desenvolvimento da estrutura econômica da China da reforma até o presente, faz-se uma primeira constatação importante para o argumento dependentista: Com base na leitura de Celso Furtado (1975) introduzida no capítulo 1, o desenvolvimento chinês, em sua matriz industrial, não corresponde mais ao de um país da “periferia” - estando agora localizado na posição de “centro”. Enquanto que na periferia, o processo de industrialização se inicia pela demanda (como o foi na China na década de 1980, de consolidação da sua capacidade industrial), pode-se entender a China atual em um processo de industrialização cujo ponto de início foi o da inovação tecnológica e da modificação de suas estruturas produtivas (sobretudo a partir da década de 2000) correspondente ao desenvolvimento industrial de um país do “centro” (FURTADO, 1975). A assumpção da RPC enquanto país do

centro, na Divisão Internacional do Trabalho é uma evidência imprescindível para a discussão das relações sino sul americanas no âmbito da Teoria da Dependência. A dicotomia centro-periferia, reconhecidos seus distintos graus de desenvolvimento interno, é o que abre espaço para as trocas desiguais e para a dependência, no âmbito da TD.

Contudo a crise de 2008 tenha afetado o desempenho econômico chinês, o país ainda mantém, hoje, uma larga participação na economia internacional: a RPC participa em 11% do PIB mundial e contribui com 10% do volume de comércio internacional, sendo que para sustentar esse crescimento, participa também de 11% do comércio de petróleo, somando-se a isso uma ampla participação no comércio de variados commodities agrícolas e minerais - tema que será aprofundado na terceira parte deste trabalho (SCHERER, 2015).

Em termos humanos, houve porém a persistência da desigualdade no desenvolvimento interno: a queda da pobreza e a mobilização social foram dois dos processos sociais de maior expressão nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que cresceu também a concentração de renda (BIJIAN, 2005; MEDEIROS, 2008). Os investimentos da RPC em capital humano, sobretudo na educação superior, refletem-se na rápida qualificação da força de trabalho (MEDEIROS, 2008). As lideranças chinesas visam a implementar um modelo de desenvolvimento baseado na inovação, conscientes de que paralela às novas capacidades tecnológicas está a necessidade do país no abastecimento de recursos naturais (CUNHA et al, 2011).

Como resultado da expansão de seu sistema produtivo, a China, historicamente auto-suficiente em petróleo, passou a ser o país que mais importa petróleo cru, ultrapassando os Estados Unidos em 2018<sup>4</sup> (MEDEIROS, 2005). Outro fator determinante da estratégia econômica da China no século XXI é o papel dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Em 2016 os *inflows* chineses correspondiam a 134 bilhões (a terceira maior receptora do mundo), enquanto que os *outflows*, estimulados pelo encorajamento governamental da internacionalização das empresas, correspondiam a 183 bilhões (a segunda maior fonte após os EUA). Um estudo mais detalhado acerca do IED chinês dirigido à América do Sul será apresentado no capítulo 3.

Esse cenário econômico a nível doméstico na China é notadamente transversal ao seu recente projeto geoeconômico, a iniciativa *One Belt One Road*, exposto a seguir. O OBOR

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1088490.shtml>> acesso em 10/10/2018.

mostra uma continuidade do desenvolvimento chinês na direção de uma hegemonia global e ao centro do sistema econômico internacional. Sua proposta monumental é o desdobramento das décadas de planejamento e crescimento econômico, ao mesmo tempo em que torna-se paradigmático à compreensão dos rumos das relações internacionais da China no século XXI.

## 2.2 Chinese One Belt One Road: a “nova rota da seda”

Em 2013, na Universidade de Nazarbayev no Cazaquistão, o presidente chinês Xi Jinping lançou a iniciativa geoeconômica *One Belt One Road (OBOR)* (SCHERER, 2015). O OBOR abraça projetos de infraestrutura que repousam no conceito de conectividade e no conceito de uma nova “Rota da Seda”, nos cenários marinho (*New Maritime Silk Road*) e terrestre (*New Silk Road*) (JINPING, 2014). Desde então, mais de 80 países e Organizações Internacionais assinaram acordos de cooperação com a China no âmbito do OBOR (CHINA, 2018):

“The initiative to jointly build the Belt and Road, embracing the trend towards a multipolar world, economic globalization, cultural diversity and greater IT application, is designed to uphold the global free trade regime and the open world economy in the spirit of open regional cooperation.” (CHINA, 2018)

Ademais das ações em infraestrutura, o Governo chinês se propôs a criar 10 mil bolsas de estudo anuais para os países do OBOR, bem como o investimento na produção e tradução de filmes (CHINA, 2015). O Marco de Ação do cinturão econômico da Rota da Seda<sup>5</sup>, lançado em 2015 pela National Development and Reform Commission (CHINA, 2015) suscita a importância do incremento em intercâmbios culturais e mútuo aprendizado como método de fomentar o entendimento, a confiança e o respeito entre os povos. É possível enquadrar a iniciativa como um esforço da RPC no investimento em seu *Soft Power*, inserindo-se no argumento da teoria neoliberal das relações internacionais de Nye (2004): Estados prósperos prescindem não apenas do investimento em poder econômico e militar, mas da habilidade de “moldar e coagir” as ações dos outros Estados a longo prazo a partir de itens como cultura e educação. Portanto, assumindo o conceito de *soft power* como

---

<sup>5</sup> Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road.

fundamental à compreensão das relações internacionais do século XXI, torna-se evidente uma primeira lacuna analítica na Teoria da Dependência - elaborada em um contexto prévio a cristalização desse conceito na Teoria das Relações Internacionais.

Contudo, as propostas de construção de infraestrutura e criação de fundos multilaterais do OBOR se dão primordialmente na esfera econômica, seja por meio da construção de infraestrutura física, como rodovias, portos e oleodutos, (com empréstimos ou investimentos) ou da facilitação de trocas a partir da redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias e criação de mecanismos legais comuns, afinal “Enhancing policy coordination is an important guarantee for implementing the Initiative” (JINPING, 2014). O discurso oficial do OBOR se propõe a levar desenvolvimento e prosperidade aos países da região da Eurásia, bem como estreitar os laços de amizade e cooperação a partir da criação de novas redes de infraestrutura e aprimoramento das redes já existentes (JINPING, 2014). Tais ideias, implicitamente, traduzem a meta de promover a cooperação industrial e financeira entre as partes envolvidas, a fim de “romper com o gargalo de conectividade na Ásia”, cobrindo inicialmente uma região habitada por aproximadamente 3 bilhões de pessoas (STUENKEL, 2014; CHAKHOYAN, 2015).

Ainda que o projeto original do OBOR preveja obras apenas nessa região, sob a justificativa do enraizamento na Antiga Rota da Seda, o governo chinês já declarou que a iniciativa pode aliar parceiros de todos os continentes - do setor público ou do privado (JINPING, 2017). No que tange a estrutura fundamental do projeto, têm-se que já no ano de lançamento do OBOR, a China endossou a criação de três novas instituições financeiras para financiar a iniciativa: Foram investidos US\$ 40 bilhões no *Silk Road Infrastructure Fund*; US\$ 100 bilhões para o *Asian Infrastructure Investment Bank* e US\$100 bilhões para o *New Development Bank* (CHAKHOYAN, 2015). Esse último foi criado também no âmbito dos BRICS, sendo que dentre os países membros do foro apenas Rússia e Índia, situados na Eurásia, estão contemplados no projeto original do OBOR.

### **2.3 Investimento no OBOR e garantia da posição de centro.**

O caráter grandioso das obras do *One Belt One Road* endossa o discurso de abertura e expansão chinesa iniciado com a reforma de 1978 e fortalecido com a entrada do país na OMC, em 2001: são propostas obras que fomentem o escoamento de matéria prima e de

manufaturas, ligadas à instituições financeiras que facilitem os fluxos de investimento estrangeiro direto.

“Only a strong and prosperous country can open itself to the outside world with confidence, and openness in turns promotes further prosperity. China’s achievement since the beginning of the reform and opening up in 1978 have proved that openness is an important driver of its economic and social development” (JINPING, 2017, p.459)

Deste modo, é possível analisar no âmbito da TD essa iniciativa imprescindível à compreensão dos rumos das relações internacionais da China no século XXI como um momento de fortalecimento e manutenção de sua posição de “Centro”. Nesta posição, a China tem uma notada homogeneidade em termos de produtividade e a diversidade de seus ramos produtivos, bem como uma marca para a transição no processo de hegemonia econômica (ÁRABE, 2003; MEZA, 2016). Destarte, prevê-se que a Nova Rota da Seda será capaz de alterar fundamentalmente a dinâmica do comércio internacional e da geopolítica global.

A repercussão internacional da iniciativa chinesa do *One Belt One Road* se deu de maneira dicotômica. De um lado, países que responderam positivamente à iniciativa como Paquistão e Cazaquistão, os quais estão entre os mais beneficiados pelas obras, algumas das quais já concluídas (JINPING, 2017). Do outro lado, países como Estados Unidos e Japão que permanecem céticos e acusam a coerência e inexecutabilidade dos projetos, ligando suas críticas também a argumentos de cunho ambiental ou à ideia de um neo-colonialismo chinês (TSE, 2017).

Uma justificativa mister para a construção do OBOR, evidente nos discursos do então presidente Xi Jinping no momento de lançamento, é a busca pela superação dos efeitos da crise econômica, como mencionado anteriormente. A recuperação empreendida pela China em 2008 passou a desacelerar em 2011, ao passo em que o país ainda não recuperou os altos níveis de crescimento do momento anterior, em um cenário global de desenvolvimento desigual (CHINA, 2015). Assim, têm-se a proposta de que os projetos compreendidos pelo OBOR fomentem a cooperação para o desenvolvimento a fim de tornar a globalização econômica inclusiva e igualmente benéfica à todos os países (CHINA, 2018). Ademais, esse discurso sobre globalização e integração compõe, de fato, uma retórica do Centro para justificar a dependência, ao considerar os paradoxos entre globalização/dependência no âmbito da Teoria da Dependência.

Essa projeção dialoga com a outra proposta do OBOR: estabelecer um aumento da conectividade ao ligar a China ao Golfo Pérsico e ao Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e do Oceano Índico, promover internacionalmente a construção de infraestruturas capazes de viabilizar a exportação de matérias-primas para a China e a integração produtiva regional a partir da presença do investimento de empresas chinesas (SCHERER,2015). Nesse sentido, é patente o fomento ao protagonismo do setor privado chinês enquanto construtor dos projetos do OBOR e a atração de investimentos estrangeiros para dentro da China enquanto um dos objetivos do projeto que compõe seu Marco de Ação (CHINA, 2015). A diminuição dos custos com transporte e logística, resultando no aumento do lucro e acumulação de capitais no centro, dialoga com os pressupostos da Teoria Marxista da Dependência - o de que a dependência, visando favorecer a acumulação de capital da parte de um grupo, acirra as desigualdades.

Nesse sentido, como apresenta Xi Jinping, 2014, as 3 bilhões de pessoas que habitam a região compreendida no plano inicial do OBOR correspondem ao maior mercado consumidor do planeta - o que pode beneficiar as manufaturas chinesas e solucionar a sobrecapacidade produtiva do país (SCHERER, 2015; BRUCE-LOCKHART, 2017). Simultaneamente, a inserção de capital na região - por IED, empréstimos ou fomento da pesquisa - pode fortalecer o desenvolvimento econômico das regiões pobres ao Sul da China e dos países onde preveem-se projetos de infraestrutura - também contribuindo para o fortalecimento dessas áreas enquanto mercados consumidores (STUENKEL, 2014).

Ademais, a análise dos discursos oficiais chineses desde o lançamento do OBOR torna possível identificar uma movimentação da China rumo à aproximação com o Ocidente, mais especificamente com a Europa. As publicações oficiais do Governo chinês e os discursos do Presidente Xi Jinping desde o lançamento do OBOR remetem à antiga Rota da Seda, a qual

“Throughout the millennia, the peoples of various countries along the ancient Silk Road have written a chapter of friendship that has been passed on to this very day. More than 2,000 years of exchanges demonstrate that on the basis of unity, mutual trust, equality, inclusiveness, mutual learning and mutually beneficial cooperation, countries of different races, beliefs and cultural backgrounds are fully able to share peace and development. This is the valuable inspiration we have drawn from the ancient Silk Road.” (JINPING, 2014,p 12)

Ou seja, a invocação de um passado comum entre China e Europa, um laço identitário, pode ser lida como um meio de tornar as marcas e mercadorias chinesas mais “aceitáveis” diante do ocidente e fomentar a cooperação em outras áreas que não a econômica - mas que reflitam em ganhos econômicos para ambas as partes. Essa justificativa da aproximação com a Europa dialoga com um outro magnânimo objetivo chinês: o de se projetar enquanto liderança geoeconômica em escala global (SCHERER, 2015).

Diante da efervescência econômica internacional à que se propõe o OBOR cabe agora a investigação do papel da América do Sul no projeto a partir da leitura do histórico das relações entre o continente e a China e do momento de suas relações econômicas. Como será retomado no capítulo 4, a dependência da parte sul americana tende a se acirrar diante de sua inserção no OBOR.

### 3. Histórico das relações sino-sul americanas

“ALC cuenta con varios siglos de relaciones económicas, comerciales y culturales con China y con más de cuatro décadas de relaciones diplomáticas con la RPC en varios casos. No obstante, ha sido apenas desde la década de los noventa que la relación económica y comercial con China aumentó significativamente y de ser un sócio relativamente insignificante, en la actualidad es el segundo en importancia de la región, y por mucho el más dinámico entre los principales socios comerciales.” (DUSSEL PETERS, 2010, p 51)

O modelo escolhido para esta exposição sobre o histórico das relações entre China e América do Sul que delimita cinco períodos, brevemente expostos a seguir. Igualmente, a maioria dos dados converge para informações acerca do histórico da RPC com relação a Argentina, Brasil, Chile e Peru, embora não se exclua da leitura os demais países do continente sul-americano, na medida em que foram encontrados dados relevantes e pertinentes para o tema.

O Primeiro período é o do “Intercâmbio Popular” e compreende 1949-1969, quando o intercâmbio se limitava a circulação de pessoas (XIAOPING, 2014). No contexto internacional da Guerra Fria, os preconceitos ideológicos dos governos sul americanos desfavoreciam tais relações (XIAOPING, 2014). Nesse sentido, embora as relações diplomáticas entre Brasil e China venham do fim do século XIX (inexistindo uma agenda comum), bem como o diálogo entre China e Argentina também remete a década de 1920, tal contato foi interrompido em 1949 com a fundação da República Popular da China e a ascensão de um governo comunista (BARONI, 2013).

A despeito disso, o segundo período compreende os anos 1970-1978, lido como o “auge do estabelecimento das relações diplomáticas” (1970-1978) (XIAOPING, 2014). Sob

influência do estreitamento de laços entre China e Estados Unidos, estabeleceram relações diplomáticas com a RPC, sucessivamente: Chile (1970), Peru (1971), Argentina (1972), Venezuela e Brasil (1974)<sup>6</sup> (BARONI, 2013). O Chile foi vanguarda no continente ao adotar essa postura, no que se deve ao governo socialista de Salvador Allende em 1970 e, devido ao pragmatismo mútuo, mantida durante a ditadura de Pinochet (BARONI, 2013).

Um maior interesse da região pelo estabelecimento de parcerias com China, para além do multilateralismo, viria nos períodos subsequentes, uma vez que

“De fato, as lideranças de extrema direita e as forças armadas da América Latina não viam a China como um problema de segurança no contexto da Guerra Fria. As relações diplomáticas e comerciais foram estimuladas entre os países da região por governos ditatoriais e de direita. O alto grau de pragmatismo do relacionamento consolidou-se durante o período das reformas na China, na década de 1980” (VADELL,2011,p.60)

Destarte, entre 1978 e 1992 têm-se o terceiro período, compreendido pela “ampliação das relações”, quando a Reforma da RPC veio acompanhada do reajuste em sua política para América Latina, atribuindo maior peso estratégico para a região (XIAOPING, 2014). Quanto às relações entre Chile e RPC, há comparativamente um grau mais elevado de intercâmbio, na esteira dos movimentos de aproximação promovidos por Allende e Pinochet: desde a década de 90 todos os presidentes a assumir o poder nos dois países intercambiam visitas e missões oficiais (BARONI, 2013). Paralelamente, a Argentina só iria vincular-se pragmaticamente à RPC a partir dos anos 90, quando as relações passam a receber um maior impulso por parte do Estado (BARONI, 2013).

O quarto período, 1993-2000 é uma continuidade do estreitamento das relações, no que entende-se por “edificação das relações de cooperação estratégica”, quando houve grande influência do sucesso das reformas para o aumento do prestígio da China na América do Sul (XIAOPING, 2014). Ademais, com o fim da Guerra Fria, o Brasil buscou aumentar seu leque de parcerias, de modo a tornar-se o primeiro país da região a ocupar o papel de “Sócio estratégico” chinês, o que impulsionou a China a iniciar a construção de um marco estratégico de cooperação com a região (BARONI, 2013). Em consonância com essa tendência, em 1999 o Chile foi o primeiro país sul-americano a apoiar a entrada da China na OMC (BARONI, 2013).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_16ago1974.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16ago1974.htm).> acesso em 17/11/2018

O quinto período compreende, segundo Xiaoping (2014), o período dos anos 2000 à atualidade. É possível identificar a entrada da China na OMC como um marco para essa nova relação de “desenvolvimento sem precedentes em velocidade, profundidade e amplitude”. Para o autor, há a partir de então uma clareza do caráter estratégico e global das reações, acompanhada de uma transformação da cooperação, que não mais se estrutura unicamente no comércio, mas no comércio conjuntamente com investimentos (XIAOPING, 2014).

Dada a complexificação das relações entre América do Sul e China e a ascensão da RPC à uma potência do Centro nos anos correspondentes ao “quinto período”, bem como a necessidade em reunir insumos para responder à Teoria da Dependência, o estado da arte das relações sino sul americanas e sua política externa serão analisado a seguir.

### **3.1 Política externa chinesa para a América do Sul**

A análise da movimentação chinesa para com a América do Sul revela, da parte chinesa, uma postura incisiva e institucionalizada favorável ao estabelecimento de relações, em contrapartida à carência sulamericana de uma agenda para a China (DUSSEL PETERS, 2010).

A agenda chinesa para a América Latina começou a ser desenhada nas décadas de 80 e 90. Então, a política chinesa para a América Latina (não havendo desde então diretrizes específicas para o subcontinente sul americano), se baseou nos preceitos de: estabelecer relações de amizade e cooperação a despeito das diferenças ideológicas; priorizar as relações econômicas e comerciais e expressar sua posição nos problemas mais importantes da América Latina (RICARDO, 2014).

Apenas em 2008, contudo, o incremento das relações resultou o no primeiro *Policy Paper* para a América Latina, publicado pelo Governo da China, para delinear uma “*comprehensive picture for future SinoLatin America relationship*” (NIU, 2015). O documento propõe o tratamento “igualitário e respeitoso” entre as partes, o estreitamento do diálogo e da comunicação, incremento na confiança política mútua, expansão das bases estratégicas comuns e continuidade na “compreensão” e no apoio a questões de interesse vital e maiores questões (CHINA, 2008).

Enfim, em 2016 o governo chinês lançou seu segundo *Policy Paper on Latin America and the Caribbean*, onde reconhece a tendência irreversível da ascensão dos mercados

emergentes e dos países em desenvolvimento, bem como sua importância para o desenvolvimento chinês (CHINA, 2016). O segundo *Policy Paper* também manifesta a importância do Foro China-CELAC como um “novo estágio de cooperação” e reafirma o interesse em cooperar em diversas áreas, como no documento de 2008 (CHINA, 2016). Em síntese, nas áreas pertinentes ao objetivo do presente trabalho - considerando o propósito de encontrar potencialidades implícitas para o desenvolvimento da iniciativa do OBOR na América do Sul - o governo chinês delimita:

1. Comércio: Desenvolver esforços de cooperação em produtos com base nas vantagens comparativas, discutindo também o estabelecimento de acordos de comércio estáveis e de longo termo.
2. Investimento Industrial: Afirma o compromisso da RPC em encorajar suas empresas em expandir e otimizar o investimento nos países da América Latina e Caribe a fim de criar um ambiente e condições propícias para tal.
3. Cooperação energética e de recursos naturais: A China se compromete a expandir e aprofundar a cooperação em matéria de energia e recursos, empregando esforços em trazer cooperação na área de exploração desse tipo de indústria, deixando também claro que:

“China is ready to actively explore with Latin American and Caribbean countries the establishment of mechanisms for long-term supply of energy and resources products and local currency pricing and settlement, to reduce the impact of external economic and financial risks” (CHINA, 2016)

4. Cooperação em infraestrutura: A China irá fortalecer a cooperação e os mecanismos de consulta técnica, construção e engenharia em diversos escopos na ALC, além de apoiar e encorajar empresas chinesas competentes em participar de maneira ativa no planejamento, construção e logística para fomentar a conectividade das estruturas na região;

A leitura comparativa dos *Policy Papers* 1 e 2 revela alguns pontos de continuidade e outros de mudança na conduta chinesa em relação ao continente entre os períodos anterior e posterior ao lançamento do OBOR. permanece o reconhecimento da importância estratégica da América Latina para o processo de desenvolvimento chinês e seu crescimento econômico; a novidade é a postura chinesa de “abraçar” a multipolaridade e criar alianças progressivas também para apoiar os ganhos estratégicos (AGUILLERA-CASTILLO, 2018).

“The Chinese government approach towards Latin America and the Caribbean aims to improve its international power projection capabilities not by military means but by economic terms, collaboration, and cooperation.” (AGUILLERA-CASTILLO, 2018,p.13)

Ainda, especificamente no tópico “Comércio”, nota-se a reafirmação de elementos característicos das relações de dependência: uma vez que a gênese da TD, a Teoria do Desenvolvimento contraria o argumento liberal das “Vantagens Comparativas”. Este conceito omite a existência do valor agregado em algumas mercadorias, enquanto sustenta a especialização de alguns países como exportadores de matérias-primas e, a partir dessa lógica, a dependência. Ademais, também é mascarada a existência de uma tendência à deterioração dos termos de troca, no que tange as matérias primas, advindas da periferia.

Não obstante, a contraposição dos documentos de 2008 e 2016 revela a estratégia chinesa para o futuro de suas relações com o continente: uma estratégia de desenvolvimento econômico e de expansão da sua posição global (HIRATUKA, 2018). O segundo texto, escrito após o lançamento do OBOR mas anteriormente à inserção da América Latina na iniciativa, deixa evidente o que busca-se da região diante do OBOR, mas também a reprodução dos movimentos centro-periferia, na lógica dependentista. Em síntese, o interesse da RPC na região é oficialmente marcado pela necessidade de aquisição de matérias primas, tanto para alimentação quanto para sustento de seu processo de desenvolvimento industrial, além de oferecer um amplo mercado para sua produção de manufaturados, somando-se ainda as questões econômicas, quanto por buscar assegurar alianças estratégicas em seu “superposicionamento” mundial (BARONI, 2013).

### **3.2 Relações América do Sul - China no século XXI**

Desde o começo do século XXI, os fluxos crescentes de comércio e de investimentos nas relações RPC e América do Sul revelam o acirramento de seu processo de integração (CUNHA et al). Nessa leitura, onde as relações comerciais já existentes são fortalecidas e renovadas, sobretudo no que se deve a demanda chinesa por matérias primas, a China irá desempenhar também um novo papel: o de ponto de origem de investimento direto. Esse

tema será exposto adiante e, como também defende-se, configura um novo período histórico para as relações de dependência, de acordo com a categorização de Dos Santos, 2010.

A aproximação se constrói em um momento de reordenamento dos espaços de poder em âmbito internacional, onde a demanda chinesa por matérias-primas e energia afeta, cada vez mais, a oferta e portanto os preços das commodities, com impactos sobre outros países produtores e consumidores

“Países sul-americanos em geral, e o Brasil, em particular, respondem a parte das necessidades chinesas por recursos naturais e acesso a mercados. A fome chinesa por matérias-primas e mercados já se faz sentir com intensidade na região” (CUNHA et al, p.411).

Essa “bonança comercial” e o estreitamento dos vínculos diplomáticos foi também impulsionada a partir de 2004 pela visita do então presidente Hu Jintao a três países da América do Sul - Argentina, Brasil e Chile - e também Cuba (VADELL, 2011). O encontro se deu no marco da reunião da Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC) e resultou na assinatura de 39 acordos comerciais e no compromisso da China com o investimento de US\$ 100 bilhões na região pelos próximos 10 anos (VADELL,2011). No caso do Brasil, em 2004 foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), sendo o Chile, no mesmo ano o primeiro do continente a assinar um tratado de livre-comércio com a China.

Nesse contexto, a Crise de 2008 pode ser lida como um momento de inflexão para tais relações (BARONI ,2013). Vadell (2011) coloca duas considerações a esse respeito: dada a presença da RPC como compradora de recursos minerais e energéticos cujos preços, por razões de maior demanda especulativas e geopolíticas, teriam experimentado substantivas elevações até a crise de 2008 - momento de queda do preço das commodities e, portanto, consideráveis perdas econômicas para a América do Sul. Diametralmente, toda a região da América Latina e Caribe apresenta-se como um grande mercado consumidor de produtos chineses uma vez que, após a crise econômica de 2008, Estados Unidos e União Europeia sofreram uma contração econômica e diminuição nos níveis de consumo - houve, portanto, maior necessidade da RPC em diversificar suas exportações para manter elevadas as taxas de crescimento econômico interno (VADELL, 2011).

Outra leitura, considerando os impactos negativos da desaceleração da economia mundial no imediato após 2008, mostra que o período subsequente foi de dificuldades no crescimento interno dos países sul americanos e da China. Esses motivos trouxeram

preocupação, pelo lado chinês, quanto a desindustrialização e ao decrescimento em sua demanda por matérias primas (NIU, 2015). Ao mesmo tempo, nesse cenário complexo, o fortalecimento das relações econômicas entre China e América do Sul pode ser considerado como um fator positivo, por ajudar os países sul americanos na superação da crise.

Desde então a China têm empregado um importante esforço institucional para com a América Latina (DUSSEL PETERS, 2008). Entre China e Brasil, organizou-se o “II Diálogo Estratégico” para um plano de ação conjunta no aprofundamento das relações bilaterais (RICARDO, 2014). Também, Brasil e China atuam conjuntamente em diversos mecanismos internacionais de aproximação e discussão sobre tópicos diversos, tais quais o BRICS<sup>7</sup>, G20<sup>8</sup> e BASIC<sup>9</sup> (MRE, 2018). Além disso, entre 2009 e 2011 se firmaram acordos de cooperação em diversas matérias, tais quais em Cooperação em Mineração e Energia e Cooperação em Petróleo, equipamento e financiamento, ambos de 2009 (BRASIL, 2018; BARONI, 2013).

Ao mesmo tempo, China e Argentina celebraram a *XVII Reunión de la Comisión Mixta Económico-Comercial*, com o propósito de avançar no comércio bilateral, quando também firmaram uma declaração conjunta para o estabelecimento de uma *Asociación Estratégica Integral*, dentre outros acordos de cooperação em diversas matérias (RÍCARDO, 2014; ARGENTINA, 2014). Ademais, Peru engajou-se no *Foro de Cooperación Económico-Comercial* visando aprofundar suas relações comerciais com a China (RÍCARDO, 2014). Além do tratado de livre-comércio o Chile, por sua vez, criou um sistema que permite a promoção de exportações bem como o apoio a empresas chilenas nas transações comerciais com a China, paralelamente à sua participação em organizações multilaterais com a presença chinesa, como PECC<sup>10</sup>, APEC<sup>11</sup> e FOCALE<sup>12</sup>.

A América Latina, enquanto região política, também se mostra participante em ambientes multilaterais de cooperação comercial e econômica com a China. Em tal cenário, estabeleceu-se em 2014 o *Forum of China and the Community of Latin American and Caribbean States (China-CELAC Fórum)*, lido pelo governo chinês como uma plataforma de cooperação que estabelece as vias para o desenvolvimento simultâneo e complementar da cooperação bilateral e coletiva entre China e América Latina (CHINA, 2016).

---

<sup>7</sup> Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

<sup>8</sup> Grupo dos 20.

<sup>9</sup> Brasil, África do Sul, Índia e China.

<sup>10</sup> Consejo de Cooperación Económica del Pacífico

<sup>11</sup> Foro de Cooperación Económica del Asia Pacífico

<sup>12</sup> Foro de Cooperación América Latina -Asia del Este

Mais recentemente, em 2018, a parceria estratégica entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) - criado no âmbito do *One Belt One Road* - aparece como marco institucional multilateral das relações. A colaboração entre as duas instituições é lida como estratégica por permitir uma relação Sul-sul com capital o suficiente para suprir as demandas da região (MÉNDEZ, 2018). Ao mesmo tempo, como pretende-se resgatar na análise do capítulo 3, essa ação de facilitamento dos fluxos de capital pode ser vista como um fator de acirramento das dependências

Por outro lado, o MERCOSUL - Mercado Comum do Sul, se mostra uma instituição com o potencial subutilizado no âmbito do diálogo multilateral com a China, ainda que movimentos recentes de ambas as partes denotam a tentativa de reversão desse cenário, como é o caso da VI Reunião de Diálogo MERCOSUL - China, de outubro de 2018 (MERCOSUL, 2018). Reconhecendo a necessidade de aproximação, o discurso da chancelaria uruguaia pontuou na ocasião

“La celebración de dicha reunión es un hito trascendente en sí mismo, ya que en Presidencia Pro Témpace uruguaya se logró reunir a este mecanismo de diálogo tras 14 años de inactividad” (MERCOSUL, 2018).

Para além do escopo econômico, nota-se uma tendência da inserção chinesa em ambientes multilaterais, denotando seu poder político internacional. Como pontuado, a teoria da dependência surge em um contexto alheio ao fortalecimento das instituições multilaterais - essa é portanto uma lacuna da TD na análise das relações sino sul americanas no século XXI.

## **4. A Teoria da Dependência na América do Sul do Século XXI**

Como exposto no primeiro capítulo, a visão Marxista da Teoria da Dependência foi escolhida para a análise das relações entre América do Sul e China desenvolvidas ao longo do século XXI e, prospectivamente, do desenvolvimento das relações no âmbito do OBOR por trazer elementos que permitem sua aplicação neste século. Dentre esses é possível citar a questão da temporalidade, de Dos Santos, ou o reconhecimento do mercado financeiro enquanto instrumento de dependência, de Marini, dentre outras trazidas a seguir. Ademais a presente pesquisa, uma vez que empírica, se propõe a explorar a utilidade analítica dos conceitos da TD em contraste com dados das relações sino sul americanas no âmbito do comércio, mercado financeiro e dos projetos do OBOR.

### **4.1 Relações comerciais e a dinâmica da acumulação**

A primeira variável avaliada parte da colocação de Rui Mauro Marini, 1973, de que: as economias dependentes se encontram significativamente subordinadas à dinâmica da acumulação nos países industriais (MARINI, 1973, p.19).

Essa assumpção pode ser confirmada a partir da análise do aumento do preço das commodities ao longo do século XXI e, conseqüentemente, do crescimento econômico do continente. Como constata a CEPAL (2011)

“The increased economic growth in Latin America since the start of the century has been linked to the commodity boom and the resulting improvement in the region’s terms of trade. A key driver of the substantial increase in global commodity prices between 2002 and 2008, according to many sources, has been rapid economic growth and increased net imports of primary products by China [...]. Despite the drop in commodity prices since mid-2008, the fact that China has continued to grow rapidly indicates that it continues to help to maintain commodity prices at higher levels than would otherwise be the case” (CEPAL, 2011, p.2)

Em paralelo, como afirma Vadell (2018) “ (...) a ALC se insere nas superestruturas institucionais do capitalismo global como uma região agregada, a qual intercambia relações com os centros de acumulação de capital conforme os interesses e demandas organizadas em cada período histórico (VADELL, 2018, p.209)”. Ainda, assume-se que a região encontra-se em uma quarta etapa histórica de sua inserção no capitalismo global - a qual estaria sendo definida, nesse sentido, a partir da inserção chinesa na região (VADELL, 2018). Ao mesmo tempo, a importância da demanda chinesa para as economias sul americanas também se evidencia nos números das exportações: a exemplo do caso brasileiro, a China é a maior parceira comercial do país, destino de 27,6% de suas exportações (BRASIL, 2017).

Em relação ao comércio entre América do Sul e China, marcador da dinâmica econômica doméstica desses países, a China ascendeu de parceira pouco relevante à principal parceira da região: em 2000 representava apenas 2% do total de exportações e importações, já em 2017 ocupava 22% das exportações e 18% das importações no continente (BAUMANN, 2017).

#### **4.2 Baixo valor agregado e dependência**

Outra variável considerada para análise, a partir da obra de Marini, responde a: em função dos requerimentos do país do centro, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo. Quando a exportação supera as importações, passarão a produzir dívidas (MARINI, 1973, p.19).

A primeira parte desse pressuposto pode ser confirmada a partir da leitura das exportações entre China e América do Sul. As trocas comerciais entre as partes coaduna com a da divisão internacional do trabalho da Teoria do Desenvolvimento, que dá origem ao sistema centro e periferia. Sobre essa divisão é possível estabelecer a análise de que há no século XXI a manutenção da região da América do Sul em seu lugar de provedora de matérias primas, ao passo que a China insere-se progressivamente no espaço de compradora de matérias primas e progressivamente no papel de vendedora de bens manufaturados, e fornecedora de capital (KOLING, 2006).

Retomando o tema da pauta de exportação de América do Sul para China, diante da venda de commodities para a parte asiática, predomina no Uruguai, Argentina e Brasil - de estrutura historicamente agroexportadora - a venda de produtos advindos da agropecuária. No

caso uruguaio, a carne bovina e a soja preenchem 50% das trocas com a China, sendo irrelevante portanto a porcentagem de produtos minerais e metálicos exportados para a China - mercadorias que serão enfatizadas nesta análise por estarem vinculadas às necessidades advindas do OBOR. Contudo, como também se verá a seguir, nas exportações advindas de Argentina e Brasil a forte presença do agronegócio se dá de maneira paralela a participação de produtos minerais e metálicos (OEC, 2016):

1. Argentina: O Petróleo e Óleo Mineral correspondem a 8.5% das exportações argentinas para a China (US\$ 379 milhões), o segundo produto mais exportado pelo país (muito atrás somente da soja, 63% - US\$ 14.4 bilhões);
2. Brasil: O minério de ferro equivale a 20% das exportações (US\$ 5,7 bilhões), enquanto que Petróleo e Óleo Mineral são 11% (US\$ 3,99 bilhões); Alumínio, Cobre e Manganês também inserem-se nos produtos exportados, correspondendo a quase 2% do total exportado. Como a Argentina, o primeiro lugar em exportação Brasil-China é a Soja (39% - US\$ 14.4 bilhões);
3. Chile: O Minério de Cobre corresponde a 34% das exportações para a China (US\$ 5.86 bilhões) e o Cobre refinado a 33% (US\$ 5,79 bilhões), enquanto o cobre cru equivale a 6.6% (US\$ 1.14 bilhões) e o minério de ferro 3.2% (US\$ 561 milhões);
4. Colômbia: O petróleo cru corresponde a 77% (US\$ 878 milhões), a liga de ferro corresponde a 7,6% (US\$ 86,3 milhões) e o fio de cobre a 7,5% (US\$ 85, 8 milhões);
5. Peru: O minério de Cobre correspondia a 64% das exportações (US\$ 5,47 bilhões), o Cobre refinado a 8.9% (US\$ 19,8 milhões), Ferro, Metais preciosos, Glena e Zinco a 12,9% (US\$ 1,3 bilhões). Gás e Petróleo correspondiam a 1,5% das exportações;
6. Venezuela: O petróleo cru corresponde a 82% (US\$ 4,04 bilhões), o petróleo refinado a 11% (US\$ 531 milhões) e o ferro a 5,3% (US\$ 261 milhões);

#### **4.2.1 Investimento, empréstimo e dependência**

A segunda parte do argumento de Marini (1973) que ilustra o item anterior, supõe que o superávit progressivo do lado da periferia suscita a renovação da dependência a partir do mercado financeiro.

O conteúdo das exportações da América do Sul para a China mostra que o superávit é sustentado pela exportação de commodities minerais e energéticas, fazendo parte de uma tendência de redução do conteúdo tecnológico dos produtos exportados contra o aumento da importação de manufaturas (CUNHA et al, 2011). O trabalho de Cunha (2011) traz dados que confirmam essa movimentação a partir de um índice de especialização das exportações entre os anos 1999 - 2008, calculado a partir do índice de Herfindahl Hirschmann (IHH).

Considerando o Brasil, o índice de exportações de baixa tecnologia entre 1999 e 2002 é de 0,733, ao passo que em 2008, atinge 0,800 (CUNHA et al, 2011). O mesmo índice, considerando as exportações do setor primário, mostra um aumento ainda maior: de 2,908, entre 1999 - 2008, sobe para 3,610, em 2008 (CUNHA et al, 2011).

Embora na pesquisa de Cunha (2011) os índices sobre a Argentina compreendam apenas os anos de 2007 e 2008, nota-se uma tendência de especialização semelhante. Nesse período a especialização em baixa tecnologia cresceu de 1,550 para 1,660 (CUNHA et al, 2011). Com relação à exportação de produtos primários, a variação foi de 0,610 para 0,670 (CUNHA et al, 2011).

A América do Sul, na posição de periferia, expressa uma estrutura heterogênea na sua produtividade, ao mesmo tempo em que revela um elevado grau de especialização, em contraponto ao desenvolvimento do centro e a partir do qual resulta-se em um desenvolvimento desigual (ÁRABE, 2003). Não obstante, a tendência superavitária das exportações abordada no capítulo anterior, responde à segunda parte da afirmação de Marini: há, de forma crescente, a tendência chinesa em efetuar empréstimos para a região. Desde o ano 2000 foram mais de USD 140 bilhões emprestados para países sul americanos (MYERS, 2018).

Assim, ao passo em que intensificou a importação de commodities da América do Sul - uma relação superavitária para o continente, a China intensificou também os empréstimos para com os mesmos, uma relação de dependência a partir do crescimento das dívidas. Como será exposto abaixo, uma tendência nas relações entre as duas partes é o aumento das trocas financeiras, a partir do IED e da realização de empréstimos.

“La evolución de la Inversión Extranjera Directa (IED) [...], proceso por el cual las Empresas Transnacionales (ET) ganan espacio en el conjunto de la economía global, transformándose en la segunda mitad del siglo XX y muy aceleradamente desde los 80 en los agentes principales de la [...] economía mundial.” (BIANCO, 2012,p.195 )

Na China, o crescimento do IED compõe a política estratégica do “*Going Global*”, estabelecida pelo governo chinês nos fins da década de 90 com o propósito de estimular o desenvolvimento macroeconômico, notadamente priorizando novas tecnologias e a obtenção de matérias primas e recursos energéticos (BBVA, 2018). Algumas características particulares do IED originado da China é a ampla presença de empresas do setor público, tipicamente concentradas nos setores de minas e energia - investimentos estratégicos para assegurar, a longo prazo, o abastecimento do país (BBVA, 2018).

Não obstante, o governo chinês emprega incentivos domésticos para estimular que as empresas privadas nacionais invistam no exterior: por exemplo a partir da isenção do imposto no valor agregado por até cinco anos e o financiamento dos investimentos por meio de bancos e companhias de crédito governamentais (BIANCO, 2012). Essa é uma estratégia facilitadora: as empresas privadas que buscam desenvolver atividades e produtos no exterior segundo as prioridades do setor público - nomeadamente a exploração de matérias primas e acesso a recursos naturais - contam com apoio financeiro, logístico e institucional (BIANCO et al; CHANG, 2010).

Com relação à tendência no aumento da presença chinesa na América do Sul (e na América Latina) por meio da concessão de empréstimos, calcula-se que desde 2005 a região já tenha recebido aproximadamente US\$ 75 bilhões (GALLAGHER, 2016). Desse montante, 82% deles vem do *China Development Bank* e o restante, do *China Ex-Im Bank* e do *China's ICBC bank* (GALLAGHER, 2016). Novamente, a tendência é a concentração desses empréstimos para as áreas de infraestrutura e indústria pesada: 87% desses empréstimos se concentram em mineração, energia, transporte e construção (GALLAGHER, 2016). Assim, o investimento chinês perpetua a especialização da produção nos países periféricos em torno da exportação de commodities energéticas e minerais.

Em consonância com as prioridades estratégicas chinesas - e com o conteúdo energético e mineral de suas exportações - a grande maioria dos IEDs destinados à América do Sul se dirigem à exploração de recursos naturais nos setores de maior demanda da China: cobre, aço, petróleo e soja (VADELL, 2011). São também dirigidos investimentos e

empréstimos à infraestruturas que possam facilitar o escoamento desses produtos, mostrando a tendência chinesa, mesmo antes do OBOR, no exercício de obras de infraestrutura para conectividade e escoamento das matérias primas (VADELL, 2011). A seguir, uma breve exposição dos países sul americanos que mais recebem investimento chinês, Brasil e Argentina, respectivamente, bem como dos outros países a receberem investimentos consideráveis da RPC (BBVA, 2018).

No Brasil, o investimento chinês tem priorizado os setores de mineração e de petróleo - em 2017 o país atingiu o sétimo ano consecutivo de crescimento do investimento chinês - onde a maioria dos projetos voltados para a área de energia (China investment... 2017, CEBC, 2016). Nesse diapasão, desde 2004 a estatal brasileira Petrobras assinou vários acordos com estatais petrolíferas chinesas sendo que, tal qual na Argentina, a RPC investiu US\$ 4,8 bilhões para modernizar o sistema de transporte ferroviário brasileiro para facilitar o escoamento das exportações (VADELL, 2011). Quanto aos empréstimos, em 2009 a China emprestou US\$ 10 bilhões para o desenvolvimento de um campo do pré-sal, enquanto que em dezembro de 2017 mais US\$ 5 bilhões foram inseridos na extração desse recurso (OEC, 2017)

Também, na Argentina, o interesse das estatais chinesas é, patentemente, o de investir no setor petrolífero. Em 2018, o então presidente argentino Mauricio Macri se reuniu com CEOs de companhias chinesas de energia, transporte e infraestrutura interessados em realizar investimentos na Argentina<sup>13</sup> (VADELL,2011). Anteriormente, em 2005, o setor da mineração recebeu um investimento importante quando uma companhia chinesa comprou uma mina desativada de Sierra Grande, Rio Negro - onde continha jazidas de ferro, cobalto e outros minerais (VADELL, 2011). Ao mesmo tempo, para facilitar o escoamento das exportações, desde 2010 a China emprestou US\$ 12 bilhões para obras de melhoria da malha ferroviária argentina, sendo o projeto mais recente a modernização da ferrovia de San Martin, em 2017 (MYERS, 2017)

No Chile, a empresa estatal Codelco, de cobre, fechou em 2006 um acordo com a chinesa Minmetals e com o Banco de Desenvolvimento da China para incrementar a capacidade produtiva e, por consequência, o aumento das exportação de cobre do Chile - China (VADELL, 2011). Paralelamente, no Peru e na Bolívia a parte chinesa realiza

---

<sup>13</sup> Argentina seeking Chinese investment for its energy sector. Fonte: Energia 16. Disponível em: <https://www.energia16.com/argentina-seeking-chinese-investment-for-its-energy-sector/?lang=en>

investimentos predominantemente na área de mineração, infraestrutura e no setor petrolífero, com destaque para a atuação do consórcio chinês Shandong Luneng na área da mineração (VADELL, 2011). De forma isolada, os empréstimos chineses para Bolívia seguem um ritmo crescente, em 2015 o país recebeu US\$ 1.2 bilhões na área de infraestrutura (Construção de rodovias) e em 2016 US\$ 1.4 bilhões na área de minas e energia (MYERS, 2017).

No caso da Venezuela, país que mais recebe empréstimos da China desde 2005 (Acumulando até 2018 US\$ 62.2 bilhões recebidos) a quantidade de dinheiro recebido da parte chinesa apresenta-se em decréscimo: em 2016, o país recebeu US\$ 2.2 bilhões em 2016, no desenvolvimento do setor petrolífero, contra US\$ 5 bilhões recebidos no ano anterior, na área de energia. Tal arrefecimento pode ser explicado, em partes, pela situação política no país durante o último Governo.

Com relação aos empréstimos e investimentos chineses na América do Sul, sobretudo no primeiro caso, o risco desse tipo de relação é posto em voga em função das condicionalidades impostas e do risco às soberanias nacionais

“While Chinese banks do not seek to reform their borrowers with Western-style policy conditionality, they do attach other strings in an effort to mitigate loan risks. Chinese banks almost always tie their loans to the purchase of Chinese goods, for example. Aside from a few loans-for oil and smaller loans with few details available, there are conditions in every loan requiring the borrower to purchase Chinese construction, oil, telecommunications, satellite, and train equipment” (GALLAGHER, 2016).

Ademais, reconhecendo a crescente presença financeira chinesa na América do Sul - pela via de empréstimos e IED - cabe a análise dessas relações a partir da terceira variável, a seguir.

#### **4.2.2 Dependência financeira-industrial e tecnológico-industrial**

Resgatada do pensamento de Dos Santos, 1970, esta variável diz respeito ao exposto no capítulo 1. Nesse sentido: se existem vínculos de dependência entre China e América do Sul no século XXI, tais relações deveriam inserir-se na divisão histórica do processo de dependência delineado por Dos Santos, 1970. Nesta, persistiriam três tempos: (i) colonial, relação monopolista entre metrópole e colônia; (ii) financeiro-industrial, países dependentes produzem matérias-primas consumidas nos países centrais; (iii) dependência

tecnológico-industrial, com o capital transnacional deslocando parte de sua atividade para os países dependentes.

Diante dessa assumpção, portanto, a presente pesquisa argumentará que os dados acerca das relações RPC-América do Sul até o momento sustentam o seu enquadramento em uma relação de dependência a qual situa-se na transição do período (ii) para o (iii).

As trocas comerciais, onde sobressai a exportação de bens primários de baixo valor agregado à China, têm se intensificado desde a década de 1990, seguidas por um período, mais recente (desde 2008) de aumento na entrada de investimentos e empréstimos por parte da China (OIT, 2016). Ainda considerando o período (iii), nota-se que dentre suas condicionalidades para empréstimos, os bancos estatais chineses estabelecem a compra de maquinário a partir da compra de equipamentos chineses para o mesmo tipo de indústria (GALLAGHER, 2016). Ademais, a China é líder nos indicadores mundiais de patente - o que responde a seu domínio tecnológico sobre os demais países da América do Sul (EBC, 2017). Há nesse caso uma situação em que

“Se de um lado as economias subdesenvolvidas careciam de investimentos que não eram atendidos pela iniciativa privada para a ampliação da sua capacidade produtiva (...) do outro a política de importar bens e serviços, contrair empréstimos para a criação de infra-estrutura e modernização do equipamento e atrair o capital estrangeiro levava à maior descapitalização e ao endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, das importações de matérias-primas e do repatriamento do capital internacional estabelecido, o que agravava a dependência externa.” (MACHADO, 1999).

Não obstante, o argumento de Raul Prebisch, expoente desenvolvimentista cujas contribuições são reconhecidas pela TD, expõe que o status de dependência do Sul é resultado do desenvolvimento histórico das relações Centro-Periferia (PREBISCH, 1950). Em consonância, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) expôs em relatório de 2017 que o nível das trocas entre RPC e América do Sul - compra de tecnológicos e venda de matérias primas - constrói uma estrutura na qual

“Seems to be increasingly complex if we consider China OFDI<sup>14</sup> focus on raw materials. Infrastructure projects, carried out since 2013 with a group of Chinese companies, and LAC<sup>15</sup> demand could meet specific needs in the region, but also consolidate the “centre-periphery” pattern established in the trade and OFDI relationship. (OIT, 2017)

---

<sup>14</sup> Outflow foreign direct investment.

<sup>15</sup> Latin America and the Caribbean.

Uma constatação acerca dessa Divisão é a sua perpetuação na qualidade dos empregos criados pela China na América do Sul. Em suas matrizes na região, as companhias chinesas preferem recrutar nacionais chineses para cargos de nível médio e alto, enquanto a mão de obra que exige baixa qualificação é preenchida por locais (OIT, 2017). Há nesses cargos, por sua vez, sucessivas denúncias de violação dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, constatado pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), o que evoca à uma quebra no modelo de cooperação sul-sul, ou no *win win*, ao qual se propõe em seus documentos oficiais chineses (FARIZA, 2017).

Não obstante, a inserção da China na América do Sul se dá em um momento evasão da presença e do investimento norte-americano na região, ao mesmo tempo em que busca-se compreender se está ocorrendo, de fato, a ascensão chinesa como hegemonia global. Quanto a isso, cabe resgatar a preocupação da TD quanto ao centro do Sistema Internacional: em seu surgimento, a Teoria preocupava-se com a consolidação, no pós 2a Guerra Mundial, de um sistema hegemônico centrado nos Estados Unidos (HOEVELER, 2017).

“Dessa maneira, parte-se da premissa de que a RPC está modificando a balança de poder entre o centro e a periferia gerando um conjunto de desdobramentos que, por um lado, podem provocar novas formas de cooperação e novas configurações geoeconômicas, mas também provocar novas fontes de tensões e conflitos geopolíticos (idem).” (VADELL, 2011)

Ademais, a periodização de Dos Santos, bem como as variáveis apresentadas anteriormente, abrem espaço para a leitura da iniciativa do OBOR enquanto um desdobramento da localização da China no Centro mundial e uma plataforma de acirramento da dependência. Adiante, será apresentada a inserção sul-americana no *One Belt One Road* e argumentos para enquadrá-lo como um catalisador dessas interações econômicas. Desde seu lançamento, em 2013, é notável a tendência de aumento nos investimentos chineses em infraestruturas, escoamento e transportes e na compra de commodities energéticos e minerais - em consonância com o discurso o chinês da América do Sul enquanto “A extensão natural” da Rota da Seda.

## 5. A inserção sul americana no OBOR

Percebendo seu distanciamento do que se pretende o maior projeto de infraestrutura deste século, coube aos países sul americanos explicitar seu interesse em compor o projeto. Assim, as manifestações de interesse no OBOR foram iniciadas pela Bolívia, em 2015, quando o embaixador boliviano para a China declarou que a iniciativa era de extrema importância para o desenvolvimento boliviano. Posteriormente também em 2015, o Ministro das Relações Exteriores peruano declarou o desejo da extensão do OBOR à América Latina (MYERS, 2018). Tanto Chile, como Argentina declararam somente em 2017, através de seus respectivos Embaixador e Ministra, a intenção de que as obras de conectividade se dessem também na América Latina (MYERS, 2018). A esse respeito, ainda fora do projeto oficial do OBOR, a então Presidenta chilena Michelle Bachelet e o então Presidente argentino Mauricio Macri tomaram parte da “I Belt and Road Summit” naquele mesmo ano, em Pequim (MYERS, 2018).

O convite oficial para a entrada da América Latina no *One Belt One Road* aconteceu no início de 2018, no âmbito do Fórum China - CELAC. A ocasião foi marcada pela Declaração de Santiago, ou “Declaração Especial sobre o *One Belt One Road*” - que fomentava obras de infraestrutura bem como se pretendia a estimular o comércio entre as partes (CNBC, 2018). A partir de então, a região passou a ser referida como “A extensão natural” da Rota da Seda Marítima e um “participante indispensável” na construção da OBOR (CNBC, 2018).

Retomando o exposto no capítulo anterior, o IED chinês para a América do Sul objetiva suprir a demanda da RPC por matéria-prima, buscar mercado para suas manufaturas (Bem como desenvolver bens tecnológicos) e acirrar a influência geopolítica chinesa internacionalmente (HIRATUKA, 2018). Esses objetivos, que reforçados no período pós-crise, se fortaleceram ainda mais com os projetos articulados em torno do OBOR (HIRATUKA, 2018). Assim, a participação chinesa na economia sul americana tenderá a

crescer não apenas pela pauta de exportação da região para a China - commodities minerais e energéticos - mas também pelo aumento dos empréstimos disponibilizados pelo AIIB, sobretudo no que se deve à recente parceria com o BID (ESCOBAR, 2018).

Essas interações se dão no âmbito do modelo “3x3” para incrementar a cooperação China-América Latina pelo Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang em 2017: 1. Suprir a demanda doméstica chinesa ao incrementar a colaboração e produção nas áreas de logística, infraestrutura, energia e informação; 2. Seguir as regras da economia de mercado e cooperar por interações positivas entre empresas, sociedade e governo; e 3. Expandir os canais financeiros de fundos, crédito e seguros (BBVA, 2018). A esse respeito, o estudo “One Belt One Road - What’s in it for Latin America”, elaborado em 2018 pelo BBVA<sup>16</sup> prevê a inserção latino americana no OBOR como capaz de acelerar a implementação do modelo 3x3 e tornar mais resilientes os laços bilaterais entre China e América Latina.

De fato, retomando ao exposto pela sessão 3, a América do Sul recebe de forma crescente desde 2009 investimentos em infraestrutura, transporte e logística - os quais, a partir do OBOR, podem passar a compor o rol de projetos da iniciativa (MYERS, 2018). Contudo, em termos de projetos concretos na América do Sul, estão listados pelo site oficial da iniciativa apenas três projetos, todos no Brasil: 1. A construção de uma mineradora em Nova Olinda, Paraíba, atualmente no estágio de obtenção da licença ambiental; 2. Uma fábrica de celulose, em Macapá, Amapá, a qual está integrada com o projeto 3. O complexo portuário Porto Norte Brasil, também em Macapá (OBOR, 2018).

### **5.1. OBOR: a Dependência na Era da Conectividade**

Ao se propor a fomentar a conectividade entre as regiões, o OBOR pode exacerbar ainda mais as disparidades entre as trocas na sino sulamericanas, com a progressiva entrada de manufaturados - um risco crescente às indústrias locais (HIRATUKA, 2018). O processo de expansão da China enquanto potência global, na perspectiva geoeconômica proposta pelo OBOR, é um fator que pode acirrar a dependência. Ao longo do século XXI, a China se tornou um parceiro imprescindível para a estabilidade de alguns Estados sul americanos: para o Brasil, é o destino de um terço de suas exportações, ao passo em que em meio à crise

---

<sup>16</sup> Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.

política venezuelana tornou-se uma oferta de empréstimos indispensável para o governo de Nicolás Maduro (CNBC, 2018).

Ainda, a exposição do histórico de sua construção e dos objetivos chineses com relação à iniciativa revelam que o OBOR compõe uma tendência de expansão geoeconômica chinesa - condizente com a manutenção / expansão de sua posição de Centro na Divisão Internacional do Trabalho. Essa tendência se reflete na leitura das relações internacionais entre China e América do Sul, cujo estreitamento ascendente se acirra nos anos 2000 - marcado pela entrada da China na OMC - diante de uma variedade de canais políticos, comerciais, financeiros.

Ao decidir por compôr o OBOR a América do Sul coaduna com o estreitamento desses vínculos e, inevitavelmente, do vínculo de dependência com a China, sobretudo, por perpetuar a especialização na produção de matérias primas (commodities energéticas e minerais). Quanto a isso, uma visão pessimista - e dotada dos argumentos da Teoria da Dependência - expõe um risco de retrocesso das economias, que passariam ao patamar de agrário-exportadoras, perdendo sua densidade industrial e impactando na capacidade de gerar emprego e renda em setores produtivos mais complexos (CUNHA et al, 2011). Há deste modo, uma necessidade de que a América do Sul busque diversificar suas exportações de modo garantir a segurança diante de possíveis declínios futuros na demanda chinesa por matéria-prima (NIU, 2015).

A outra maneira pretendida para inserção da América do Sul ao OBOR, seria ao submeter-se a empréstimos e investimentos com condicionalidades que prejudiquem sua autonomia. Ao se propor oficialmente a facilitar os fluxos de investimento, removendo barreiras e criando acordos, o OBOR pode se tornar, mais ainda, um agravante das dependências

## **5.2 Críticas à Teoria da Dependência**

Com as devidas considerações pertinentes às mudanças no capitalismo desta época, a análise das relações sino sul americanas no século XXI e no marco da Iniciativa do One Belt One Road, à luz da Teoria da Dependência, revelou-se apta a responder a pergunta central desta pesquisa. Portanto, são de fato relações configuradas sob uma lógica de dependência. É possível basear-se nos paradigmas de industrialização e desenvolvimento de Celso Furtado,

(1975) para atribuir à China o lugar de um país do “Centro”, ao passo que a América do Sul - inexistindo mudanças substantivas em seus padrões produtivos desde a elaboração da TD - permanece no papel de “Periferia”. Contudo, ao se reconhecer a diferença entre o contexto de elaboração da TD e o contexto atual - o século XXI - cabe a problematização de alguns conceitos chave da Teoria, como o reconhecimento de outras limitações.

Em primeiro lugar, os parâmetros para a definição de centro e periferia devem ser revistos, uma vez que a economia internacional no século XXI passou por reconfigurações significativas. Tem-se, por exemplo, o aumento da importância do setor terciário, que passa a corresponder a 71% do PIB global - algo que afeta, impreterivelmente, a evolução dos outros setores (UNCTAD, 2014). Ainda nesse sentido, o desenvolvimento desse setor nas economias em desenvolvimento - como as sul americanas - pode representar seu fortalecimento no sistema internacional (UNCTAD, 2014).

Sem embargo, é preciso também considerar, de maneira crítica, a deficiência da Teoria da Dependência, da década de 60 e 70, em ler de maneira eficiente o papel das estruturas que marcam as relações internacionais no século XXI, marcado pelo multilateralismo, tais quais a Organização Mundial do Comércio, o advento de instituições financeiras (como BID e AIIB) e foros regionais, como o MERCOSUL. A TD é também anterior a inserção de temas na Agenda Internacional como: igualdade de gênero, proteção a comunidades tradicionais e política ambiental global - que reproduzem em nível micro as lógicas de dominação e desigualdade entre Estados. Portanto, a TD mostra-se inapta ao cálculo do impacto das externalidades provocadas pela presença chinesa na América do Sul. Ainda assim, é necessário levar em conta que

“A perspectiva geral que a teoria marxista da dependência engendrou têm certa vigência precisamente pelo estreito vínculo com a realidade prática com que foram criados; mas o inverso também é verdadeiro, ou seja, devido àquela estreita ligação, os conceitos e as teorias não podem ser tratados como entes fixos independentes do tempo e do espaço. Daí a necessidade de adotar uma postura crítica e prospectiva frente aos autores que conformam aquela teoria.” (RODRÍGUES, 2014,p.8)

### **5.3 Brechas para uma relação “win-win”**

Ainda reconhecendo a existência da dependência nas relações sino sul-americanos, não exclui-se a possibilidade de uma relação “win-win”, como de fato se propõe a iniciativa do OBOR e a política externa chinesa para a América Latina. O crescimento da demanda chinesa por matérias-primas pode abrir espaço para uma janela de oportunidade e a expansão das exportações da região e para a atração de investimentos (CUNHA et al, 2011). Ao mesmo tempo, os investimentos performados pelo Estado chinês, como por atores privados chineses, supre uma demanda regional por investimentos em infraestrutura (DUSSEL PETERS, 2018).

“Portanto, a China é parte do problema e parte da solução; e, conseqüentemente, não é questão de “demonizar” sua atuação internacional e seus impactos nos interesses nacionais, nem de “endeusá-la”. Isto é, ainda que recentes, por um lado, os IEDs chineses estão demonstrando intenção de direcionamento a atividades produtivas in loco para atendimento de demandas internas ou regionais, ou para desconcentrar atividades produtivas na China. Por outro lado, esta cooperação possibilita igualmente avanços em inovação ou ampliação da cooperação científico-tecnológica” (OLIVEIRA, 2016)

De fato, a presença chinesa é crescente na América do Sul e no sistema internacional, no plano econômico mas, igualmente, no plano político. A China é um ator internacional com grande poder de ação e de decisão e sua relação com a América do Sul, se bem manejada por seus respectivos países, pode desdobrar-se em ganhos mútuos - mas para isso, uma série de mudanças se faz necessária.

Como relatado no capítulo 3, a América do Sul ainda carece de uma agenda para a China e necessita, para tal, do desenvolvimento de vínculos de integração regional a fim de construir bases de negociação econômicas e políticas para negociar com a China (BBVA, 2018). Igualmente, é necessária a criação das condições necessárias para a atração e controle dos investidores chineses e para a promoção de um crescimento econômico responsável, sustentável e de longo-prazo. Para tal, é patente a superação de deficiências econômicas, financeiras e técnicas (MYERS, 2018; BBVA, 2018).

Ademais, ambas as partes podem cooperar para a superação de obstáculos em comum: como por exemplo os altos níveis de pobreza e de desigualdade. Como expõe o dependentista Mahbub ul Haq (1976) a pobreza é um fenômeno global e que persiste tanto nos países pobres, como nos ricos. Destarte, sua superação seria então um interesse em comum entre os países de centro e de periferia e uma plataforma para a cooperação. Ainda, algumas análises colocam que um dos motivos para o OBOR é a superação da pobreza em regiões pouco desenvolvidas ao sul da China: eis, assim, uma brecha para uma relação

“win-win” entre China e América do Sul no âmbito do OBOR (STUENKEL, 2014). Nessa direção, os projetos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do OBOR no Brasil estão localizados em regiões pobres do país - onde, aliando-se a políticas públicas e ao preparo do Estado, o OBOR pode levar emprego e desenvolvimento.

O estudo da OIT sobre as condições de emprego na América Latina por meio do investimento chinês, apresentado no capítulo anterior, mostra o crescimento na quantidade de empregos os efeitos da presença Chinesa na região: mudanças no padrão de consumo e de importação, nos tipos de investimento, na produção, na tecnologia e na produtividade (OIT, 2017). Igualmente, essa proporciona efeitos negativos: a criação de empregos temporários e a incerteza quanto a qualidade desses empregos. Uma via para superar tais problemas pode partir do preparo institucional, do estudo e da elaboração de políticas públicas capazes de beneficiar a sociedade e não somente o investidor estrangeiro.

### **Considerações Finais**

Como pretendeu-se comprovar a partir da análise das variáveis selecionadas para este trabalho, as interações sino-sul americanas no século XXI, configuram uma relação de dependência, pela lente da Teoria Marxista da Dependência. A primeira evidência foi a da evolução econômica e geopolítica chinesa de economia periférica e pouca influência internacional à economia do centro e maior PIB mundial, enquanto um pressuposto à configuração de dependência. Por sua vez, a leitura das trocas comerciais desiguais, dos investimentos e empréstimos entre China e América do Sul no século XXI e de suas relações contemporâneas revelam encaixar-se aos argumentos de expoentes da Teoria Marxista da Dependência, como Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, na tentativa de configurar-se enquanto pesquisa empírica.

Ademais, esta pesquisa esforçou-se em não trazer uma análise ideologizada da Teoria Marxista da Dependência, alvo de críticas das correntes de pensamento liberais ou não marxistas. Como buscou-se argumentar, a TD também possui lacunas, sendo seu próprio contexto de origem uma delas: elaborada na década de 1960, foi incapaz de prever fenômenos sociais e econômicos que hoje tornam incompleta a análise das relações centro e periferia contemporâneas - fenômenos esses reconhecidos de maneira crítica, no tópico anterior.

Ainda assim, este trabalho tornou evidente a importância da TD enquanto um instrumento analítico, cujo estudo deve ser fomentado. É importante o seu reconhecimento no campo das ciências sociais e das relações internacionais, uma vez que sua aplicação à realidade latino americana é atemporal e sua renovação permite a análise da América Latina do Século XXI sob uma perspectiva latino americana.

É evidente na academia das Relações Internacionais, da Economia e das Ciências Sociais, o silenciamento dessa teoria. Nas Relações Internacionais, como reconhecido em Hoeweler (2017) o apagamento se deu no marco do advento da Interdependência e de outras correntes teóricas ocidentais.

Essa visão coaduna com o exposto pelo cientista social latino americano Grosfoguel, (2016): o conhecimento segue uma geopolítica ocidental, marcada pela presença hegemônica de 5 países e pela deslegitimação das produções alheias à essa lógica. Essa produção hegemônica não apenas perpetua teorias em história, sociologia ou ciência política pautada por valores hegemônicos, como silencia as singularidades dos países periféricos, perpetua modelos incompatíveis. Essa configuração garante a manutenção das desigualdades e da dependência. O caminho contrário à lógica trazida por Grosfoguel parte do reconhecimento dessa dependência e do estímulo à produção de conhecimento advindo da América Latina e sobre a América Latina. A chave para essa solução é o reconhecimento das teorias latino americanas do século XX - tal qual a Teoria da Dependência.

Contudo, ainda que reconheça a dependência, esta pesquisa não se opõe, totalmente, à inserção chinesa no continente sul americano. Como buscou-se levantar no quinto capítulo, é possível a construção de relações cooperativas e de ganho mútuo entre América do Sul e China, uma relação “*win-win*”, segundo o discurso chinês. A presença chinesa pode se fazer positiva por vários fatores, como ao suprir lacunas decorrentes de décadas de má gestão e carência de políticas públicas em infraestrutura. Paradoxalmente, o fortalecimento dos Estados sul americanos é imprescindível ao aproveitamento dos ganhos que a presença chinesa pode oferecer: a América do Sul carece de uma agenda para China, seja para as relações bilaterais ou multilaterais. Essa lacuna resulta no despreparo para o estabelecimento de relações igualitárias e cooperativas, bem como empoderar os Estados e a iniciativa privada sul americana em impulsionar-se, também, como investidora na América do Sul e na China.

A iniciativa do OBOR ainda engatinha na região e pode oferecer à América do Sul a chance de afirmar seu interesse em uma relação *win-win* e a oportunidade para criar uma

Agenda regional para a China. Isso requer, com urgência, a dedicação de estudiosos sul americanos para compreender como os inserir-se na iniciativa de maneira vantajosa - afinal, é preciso reconhecer a importância de tais projetos, que se prometem desde sua criação, em 2013, paradigmáticos para as relações internacionais e para a economia política internacional dos próximos anos. Assim, esta pesquisa também engajou-se em ler o OBOR enquanto um desdobramento do reposicionamento da China no espaço de centro na economia internacional e, não obstante, na busca por uma posição hegemônica. Esse é, contudo, um projeto recente para as relações América do Sul - China: iniciou-se somente em 2018, com apenas três projetos em fase de planejamento, todos no Brasil. Esta é portanto uma das lacunas na qual esta pesquisa esbarrou: a carência de pesquisas analíticas sobre o recém estruturado OBOR para servir de insumo à este trabalho e que se baseassem em dados concretos, não apenas em prospecções.

Tendo isso em vista, uma segunda lacuna diz respeito à avaliação das relações de dependência em torno do OBOR e se refere à proximidade do momento de elaboração desta pesquisa para com os fatos analisados. Não há portanto um distanciamento para a maior disponibilidade de produção de conteúdo, como para a descoberta de dados e fatos omitidos ou atualmente desconsiderados por ambas as partes. Ademais, o recorte regional escolhido para esta pesquisa também impediu uma análise profunda e detalhada das relações de cada nação sul americana para com a China. Ainda que seus países apresentem similaridades em muitos aspectos, a América do Sul é um continente de estruturas econômicas e sociais heterogêneas. Embora esta pesquisa tenha se esforçado em reconhecer os pontos de homogeneidade: alguns países como Brasil e Argentina têm uma relativa semelhança na configuração de suas pautas de exportação, outros países como Uruguai, quase exclusivamente agro-exportador, se enquadram em uma lógica diferente. Especificidades como essa não puderam ser trabalhadas de maneira profunda dado o formato de monografia, mas podem ser resgatadas em outras pesquisas, artigos ou livros.

Diante de tais lacunas, então, outras perguntas decorrentes desta pesquisa, que abrem espaço para futuras produções nessa área são: como o OBOR pode ser implantado na América do Sul, sem o acirramento da dependência? Ou então, como o Brasil, individualmente, pode fomentar uma cooperação *win-win* para com a China?. De fato, as relações entre América do Sul e China tendem a acirrar-se, abrindo margem para a realização

de diversas pesquisas em seus múltiplos aspectos e que necessita, na medida em que se aproxima do OBOR, de um maior desenvolvimento de pesquisas sobre a iniciativa.

### **Referências bibliográficas**

AGBEBI, Motolani. VIRTANEN, Petri. (2018) Towards a Framework for Understanding the Outcomes of Economic Engagements with Africa: A Human Capital Development Perspective. *Rev. African and Asian Studies* v. 17:3, pp. 274-299.

AGUILLERA-CASTILLO, Andes. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean: Ten Years After. *E-International Relations*, 2018. Disponível em:  
<<https://www.e-ir.info/2018/11/05/chinas-policy-paper-on-latin-america-and-the-caribbean-ten-years-after/>> acesso em 13/11/2018.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. *Rev. Plural. Sociologia, USP, S. Paulo*, 10: 181-195, 2º sem. 2003.

ARGENTINA. Casa Rosada. Argentina y China suscribieron un acuerdo de asociación estratégica integral, Jul. 2014. Disponível em:  
<<https://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/27725-argentina-y-china-suscribieron-un-acuerdo-de-asociacion-estrategica-integral>> acesso em 23/10/2018.

BARONI, Paola. Relaciones entre América del Sur y China: una alternativa para una Inserción internacional autónoma?. In: 3o Jornada de Relações Internacionais, 2013. Buenos Aires: FLACSO, 2013. Disponível em:  
<<https://docplayer.es/71068759-Relaciones-entre-america-del-sur-y-china-una-alternativa-para-una-insercion-internacional-autonoma.html>> acesso em 25/10/2018

BARRIOS, Ricardo. China's Belt and Road lands in Latin America. 2018. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/10728-China-s-Belt-and-Road-lands-in-Latin-America>> acesso em 14/11/2018

BBVA. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. One Belt One Road – What's in it for Latin America?. 2018. Disponível em: <[https://www.bbvarsearch.com/wp-content/uploads/2018/01/201801\\_ChinaWatch\\_OBOR-LatAm\\_EDI.pdf](https://www.bbvarsearch.com/wp-content/uploads/2018/01/201801_ChinaWatch_OBOR-LatAm_EDI.pdf)> acesso em 19/11/2018

BIANCO, Carlos. La Transnacionalización en el Mundo, en China y en América Latina, In: El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones. Uruguay: RedMercosur, 2012

BID. BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. Informe MERCOSUR No. 22: renovando la integración. INTAL: Dez, 2017. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8781/Informe-MERCOSUR-No-22-renovando-la-integracion.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> acesso em: 15/11/2018

BIJIAN, Zeng. China's Peaceful Rise to Great-Power Status. Foreign Affairs, v. 84 pp. 18–24, Set/Out, 2005

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Comex Vis: Países Parceiros. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>> acesso em 14/10/2018.

BRASIL, República Federativa do. Ministério das Relações Exteriores. República Popular da China. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> acesso em 24/10/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. Rev. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

BRUCE-LOCKHART, Anne. China's \$900 billion New Silk Road. What you need to know. World Economic Forum. Disponível em:

<<https://www.weforum.org/agenda/2017/06/china-new-silk-road-explainer/>> acesso em 03/11/2018.

CHANG, Lina. A presença da China na América do Sul: características, impactos e perspectivas. Rev. Pontes. V. 6 n. 3. Set. 2010.

CHAKOYAN, Andrew. 5 things to know about the New Silk Road. World Economic Forum, 2015. Disponível em:

<<https://www.weforum.org/agenda/2015/11/5-things-to-know-about-the-new-silk-road/>> acesso em 20/10/2018.

CHINA, República Popular da. China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. 2008. Disponível em:

<[http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content\\_1140347.htm](http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm)> acesso em 22/10/2018

CHINA, República Popular da. National Development and Reform Commission. Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road, mar, 2015. Disponível em:

< [http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330\\_669367.html](http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html)> acesso em: 20/10/2018

CHINA, República Popular da. Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. 2016. Disponível em:

<[http://english.gov.cn/archive/white\\_paper/2016/11/24/content\\_281475499069158.htm](http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm)> acesso em 31/10/2018

CHINA, República Popular da. State Council Information Office of China. China and the World Trade Organization, Jun 2018. Disponível em:

<[http://english.scio.gov.cn/2018-06/28/content\\_53822671.htm](http://english.scio.gov.cn/2018-06/28/content_53822671.htm)> acesso em: 27/10/2018

CHINA-CELAC Forum. Cooperation Plan (2015-2019), 2015. Disponível em:

<[http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj\\_3/t1230944.htm](http://www.chinacelacforum.org/eng/zywj_3/t1230944.htm)> acesso em 23/10/2018.

CNBC, Consumer News and Business Channel. China invites Latin America to take part in One Belt, One Road, 2018. Disponível em:

<<https://www.cnbc.com/2018/01/22/china-invites-latin-america-to-take-part-in-one-belt-one-road.html>> acesso em 1/11/2018

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina. The "China effect" on commodity prices and Latin American export earnings". Regular Publications, Reviews And Bulletins. Cepal Review, 2017. Disponível em:

<<https://www.cepal.org/en/publications/11471-china-effect-commodity-prices-and-latin-american-export-earnings>> acesso em 23/11/2018

CUNHA, André Moreira. et al. Impactos da Ascensão da China Sobre a Economia Brasileira: Comércio e Convergência Cíclica. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 406-440, set-dez/2011

DIAS, 2014. A China no séc. XXI: A Evolução do Sistema Bancário e o Futuro das Reformas Económicas. 2014. Disponível em:

<<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1272/7/%C2%AB%204-OMC%20China.pdf>> acesso em 20/10/2018

DOS SANTOS, Theotônio dos. The Structure of Dependence. The American Economic Review. Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association, pp. 231-236. 1970

DUARTE, Pedro Henrique. GRACIOLLI, Edilson. A Teoria da Dependência: Interpretações Sobre O (Sub)Desenvolvimento Na América Latina. Anais do V Colóquio da SEPLA: 2015. Disponível em:

<[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro\\_Duarte.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf)> acesso em 14/11/2018

DUSSEL PETERS, Enrique. Políticas Chinas de comércio exterior e inversión extranjera y sus efectos. In: El impacto de China en América Latina: Comercio e inversiones. Uruguay: RedMercosur, 2012.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação. China lidera os indicadores mundiais de patentes e propriedade intelectual, 2017. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-12/china-lidera-os-indicadores-mundiais-de-patentes-e-propriedade>> acesso em 17/11/2018

ESCOBAR, Pepe. China's 'New Silk Roads' reach Latin America. 2018. Disponível em: <<http://www.atimes.com/article/chinas-new-silk-roads-reach-latin-america/>> acesso em 19/11/2018

FARIZA, Ignácio. O lado amargo do desembarque chinês na América Latina, 2017. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/13/economia/1539463551\\_536479.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/13/economia/1539463551_536479.html)> acesso em 10/10/2018

FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.192.

GALLAGHER, Kevin P. The New Banks in Town: Chinese Finance in Latin America. 2018. Disponível em:

<<http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/GallagherChineseFinanceLatinAmericaBrief.pdf>>

GARRED, Jason. The Persistence of Trade Policy in China After WTO Accession. *Journal of International Economics*, Elsevier, v. 114, pp 130-142. 2018

GROSFOGEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado* – v. 31 n. 1 Janeiro/Abril 2016.

HIRATUKA, Celio. Changes in the Chinese Development Strategy After the Global Crisis and its Impacts in Latin America. *Rev. Eco. Cont.* 2018 22: p. 1-25

HOEVELER, Rejane Carolina. Imperialismo e dependência versus Interdependência: O Lado Silenciado de um embate teórico. *Estudos Internacionais*. V. 5 n. 3, 2017

JINPING, Xi. *The Governance of China*, vol I. 1 ed. Pequim: Foreign Languages Press, 2014

JINPING, Xi. *The Governance of China*, vol II. 1 ed. Pequim: Foreign Languages Press, 2017

KALU, Nkemjika E. *Understanding Africa 's China Policy: A Test of Dependency Theory and a Study of African Motivations in Increasing Engagement with China*, 2012. Disponível em:

<<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1020&context=poliscitheses>>

acesso em 15/11/2018

KOLING, Paulo José. Teorias da Dependência: Abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. *Diálogos*.v. 22, n. 2, 2018.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *Estud. av.* vol.13 no.35 São Paulo Jan./Abr. 1999

MARINI, Rui Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Ediciones Era, 1973.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. Excedente Grupo de Economia Política Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<<http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/10.pdf>> acesso em: 20/10/2018

MENDEZ, Álvaro. The Asian Infrastructure Investment Bank comes knocking on Latin America's door: is anyone home?, 2018. Disponível em:

<<http://blogs.lse.ac.uk/latamcaribbean/2018/04/27/the-asian-infrastructure-investment-bank-comes-knocking-on-latin-americas-door-is-anyone-home/>> acesso em 31/10/2018

MERCOSUL. Diálogo MERCOSUL – China, 2018. Disponível em:

<<https://www.mercosur.int/dialogo-mercosur-china/>> acesso em: 28/10/2018

MEZA, Raúl Bernal. China and Latin America Relations: The Win-Win Rhetoric. Journal of China and International Relation, Special Issue, 2016.

MITTER, Rana. Modern China: A very short introduction, Oxford: Oxford University, 1992

MORRISON, Wayne M. China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States. Congressional Research Service, fev. 2015.

MYERS, Margaret. China's Belt and Road Initiative: What Role for Latin America?. 2018. Disponível em:

<<https://www.thedialogue.org/analysis/chinas-belt-and-road-initiative-what-role-for-latin-america/>> acesso em: 15/11/2018

NIU, Haibin. A New Era of China-Latin America Relations. Anuario de Integracion 11, 2015.

NYE, Joseph S. Soft Power and American Foreign Policy. Political Science Quarterly. Vol. 119, No. 2 (Summer, 2004), pp. 255-270

OBOR. The Silk route to Latin America. 2018. Disponível em: <<http://www.oboreurope.com/en/latin-america/>> acesso em: 14/11/2018

OEC. OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Database. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/>> acesso em 05/11/2018

OCCIS, Nicolas. Les enjeux de l'adhésion de la Chine à l'OMC. Rev. Pol. Étrangère, v. 4 pp. 973-986, dez 2001.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. Brasil- China: Uma relação predatória ou cooperativa. revista tempo do mundo. v. 2 n. 1 jan. 2016

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Effects of China on the quantity and quality of jobs in Latin America and the Caribbean. Regional Office for Latin America and the Caribbean, 2017.

ORTIZ, Jaime. Déjà vú: Latin America and Its New Trade Dependency... This Time with China. Latin American Research Review, vl. 47, n. 3 (2012), pp. 175-19

PREBISCH, R. 'The economic development of latin america and its principal problems', United Nations, 1950.

RICARDO, Maria Laura. China: Nucleo del entramado internacional. *in Las relaciones entre China y América Latina y los enigmas de los lazos históricos*. La Plata: EDICIONES IRI, 2014

RODRIGUES, Bernardo Salgado. El rescate de la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI. REBELA, v.4, n.3. set./dez. 2014

SCHERER, Forti. A Nova Estratégia de Projeção Geoeconômica Chinesa e a Economia Brasileira, Rev. Paranaense de Desenvolvimento. v. 36, n. 129. jul-dez/ 2015

STUENKEL, Oliver. China's Silk Road Fund: Towards a Sinocentric Asia. Nov. 2014. Disponível em: <<https://www.postwesternworld.com/2014/11/21/chinas-towards-sinocentric/>> acesso em: 21/10/2018.

TSE, Edward. Can China's grand plan to revive the 'Silk Road spirit' succeed?. South China Morning Post. 2017. Disponível em: <<https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/2095370/can-chinas-grand-plan-revive-silk-road-spirit-succeed>> acesso em: 21/10/2018

UNCTAD. Services, Trade and Development, 2014. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Pages/DITC/Trade-in-Services.aspx> >

VADELL, Jader. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 57-79, nov. 2011.

VADELL, Jader. O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito. In: VADELL, Jader. A expansão econômica e geopolítica da China no Século XXI.

VALVERDE, André Luiz. MERCEDES, Sônia. A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. Disponível em: <[https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Valverde-e-Mercedes\\_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Valverde-e-Mercedes_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf)> acesso em 14/11/2018

WU, Yanrui. China's economic growth: a miracle with chinese characteristics. London and New York: RoutledgeCurzon, 2004

XIAOPING, Song. Las relaciones entre China y América Latina y los enigmas de los lazos históricos. *In Las relaciones entre China y América Latina y los enigmas de los lazos históricos*. La Plata: EDICIONES IRI, 2014